



Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na Modalidade a Distância

Simone da Rocha Weitzel

Formação e Desenvolvimento de Coleções

Semestre

4

Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na Modalidade a Distância

Simone da Rocha Weitzel

Formação e Desenvolvimento de Coleções

Semestre

4

Brasília, DF



Rio de Janeiro

Faculdade de Administração
e Ciências Contábeis
Departamento
de Biblioteconomia



Permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito ao autor e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Presidência da República

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Diretoria de Educação a Distância (DED)

Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Núcleo de Educação a Distância (NEAD)

Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)

Departamento de Biblioteconomia

Leitor

Claudio Marcondes de Castro Filho

Comissão Técnica

Célia Regina Simonetti Barbalho

Helen Beatriz Frota Rozados

Henriette Ferreira Gomes

Marta Lúcia Pomim Valentim

Comissão de Gerenciamento

Mariza Russo (*in memoriam*)

Ana Maria Ferreira de Carvalho

Maria José Veloso da Costa Santos

Nadir Ferreira Alves

Nysia Oliveira de Sá

Equipe de apoio

Eliana Taborda Garcia Santos

José Antonio Gameiro Salles

Maria Cristina Paiva

Miriam Ferreira Freire Dias

Rômulo Magnus de Melo

Solange de Souza Alves da Silva

Coordenação de

Desenvolvimento Instrucional

Cristine Costa Barreto

Desenvolvimento instrucional

Kathleen S. Gonçalves

Diagramação

André Guimarães de Souza

Revisão de língua portuguesa

Beatriz Fontes

Projeto gráfico e capa

André Guimarães de Souza

Patrícia Seabra

Normalização

Dox Gestão da Informação

W436f Weitzel, Simone da Rocha.

Formação e desenvolvimento de coleções / Simone da Rocha Weitzel ; [leitor]
Claudio Marcondes de Castro Filho. – Brasília, DF : CAPES : UAB ; Rio de Janeiro,
RJ : Departamento de Biblioteconomia, FACC/UFRJ, 2018.
192 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-85229-12-2 (brochura)

ISBN 978-85-85229-13-9 (e-book)

1. Desenvolvimento de coleções. I. Castro Filho, Claudio Marcondes de.
II. Título.

CDD 025.2

CDU 025.2

Caro leitor,

A licença CC-BY-NC-AS, adotada pela UAB para os materiais didáticos do Projeto BibEaD, permite que outros remixem, adaptem e criem a partir desses materiais para fins não comerciais, desde que lhes atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. No interesse da excelência dos materiais didáticos que compõem o Curso Nacional de Biblioteconomia na modalidade a distância, foram empreendidos esforços de dezenas de autores de todas as regiões do Brasil, além de outros profissionais especialistas, a fim de minimizar inconsistências e possíveis incorreções. Nesse sentido, asseguramos que serão bem recebidas sugestões de ajustes, de correções e de atualizações, caso seja identificada a necessidade destes pelos usuários do material ora apresentado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Conceito de biblioteca.....	17
Figura 2 – <i>Justus Lipsius</i>	18
Figura 3 – Processo de desenvolvimento de coleções.....	21
Figura 4 – <i>A Biblioteca Alexandria</i> foi, durante séculos.....	23
Figura 5 – Posse ou acesso?.....	25
Figura 6 – A missão não pode ser impossível.....	26
Figura 7 – Desenvolver coleções é como cuidar de um jardim para que floresça em todas as estações	30
Figura 8 – Cena da videoaula.....	31
Figura 9 – Planejamento em foco	32
Figura 10 – O processo de desenvolvimento de coleções muitas vezes pode sofrer com a aridez de recursos	34
Figura 11 – O estudo da comunidade deve começar pela análise do usuário para o qual ela foi planejada	35
Figura 12 – Relacionando os dados com as prioridades dos assuntos ..	40
Figura 13 – As formas simétricas dos jardins do <i>Palácio de Versailles</i> ...	43
Figura 14 – <i>Karl Marx</i>	45
Figura 15 – <i>Émile Durkheim</i>	45
Figura 16 – <i>Max Weber</i>	46
Figura 17 – <i>Wellesley College, Tower Court</i>	53
Figura 18 – Caça-palavras.....	59
Figura 19 – Pôster do filme <i>Fahrenheit 451</i>	70
Figura 20 – Pôster do filme <i>O livro de Eli</i>	70
Figura 21 – A busca do bibliotecário	72
Figura 22 – Localização ideal da comissão de seleção em um organograma de uma biblioteca hipotética.....	74
Figura 23 – No caso de centralização do processo decisório	75
Figura 24 – Resumo dos mecanismos envolvidos na rotina do processo de seleção.....	76
Figura 25 – O ideal é que o processo de seleção	79
Figura 26 – Cuidado, nem tudo (na verdade, quase nada) que é doado serve para a biblioteca	81
Figura 27 – Fluxo da rotina do processo de seleção (os sete passos)	83

Figura 28 – A política de seleção é como um plano de voo	87
Figura 29 – A política de seleção deve prever o máximo.....	101
Figura 30 – Três regras de ouro da aquisição	110
Figura 31 – Resumo da rotina do processo de aquisição em 10 etapas	114
Figura 32 – Equilibrista	115
Figura 33 – Quando colecionamos álbuns de figurinhas.....	116
Figura 34 – Após nove anos de cerco à cidade de Troia.....	119
Figura 35 – Página da <i>Acqweb</i>	123
Figura 37 – Página do <i>Comprasnet</i>	132
Figura 38 – Cooperando para construir redes.	134
Figura 39 – O mato cresceu, as folhas secas caíram.....	143
Figura 40 – Os três subprocessos de desbastamento	144
Figura 41 – O medo do desbastamento e de cometer erros ao fazê-lo.....	145
Figura 42 – Encadeamento do processo de desbastamento.....	145
Figura 43 – Critérios para desbastamento	147
Tabela 12 – Idade média de uso dos itens	150
Figura 44 – Método de Lancaster para desbastamento.....	152
Figura 45 – Página do <i>Projeto Gutenberg</i>	154
Figura 46 – Cinco formas para dispor de materiais descartados.....	158
Figura 47 – Os principais itens que devem ser levados.....	166
Figura 48 – Técnicas da abordagem centrada nas coleções.....	167
Figura 49 – É importante também ouvir a opinião dos não usuários.	171
Figura 50 – A avaliação de coleções é um processo complexo.....	176
Figura 51 – Obras mais influentes do mundo	177
Figura 52 – É o trabalho de conservação e preservação de acervos..	183
Figura 53 – Página do CPBA	185
Figura 54 – O controle da temperatura e umidade do ambiente....	186
Figura 55 – Condições de armazenagem	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Diagnóstico das coleções de uma biblioteca hipotética com 10 mil exemplares.....	37
Tabela 2 – Exemplo do diagnóstico das coleções de obras de referência da classe 300	37
Tabela 2 – Exemplo do diagnóstico das coleções de obras de referência da classe 300	38
Tabela 3 – Renque da classe 340.....	39
Tabela 4 – Levantamento do idioma por número de exemplares....	41
Tabela 5 – Levantamento da data de publicação por ano em número de exemplares	41
Tabela 6 – Verificando o percentual da coleção de referência.....	44
Tabela 7 – Percentual da coleção de lastro em relação aos livros gerais	47
Tabela 8 – Exemplo de previsão orçamentária.....	123
Tabela 9 – Previsão orçamentária para uma biblioteca	125
Tabela 10 – Proposta orçamentária.....	126
Tabela 11 – As modalidades de licitação e suas principais características.....	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Níveis de coleção da ALA e sua correspondência com assuntos gerais.....	49
Quadro 2	Níveis de coleção da ALA e sua correspondência com assuntos detalhados.....	49
Quadro 3	Níveis de coleção no modelo <i>Conspectus</i>	50
Quadro 4	Códigos da língua (RLG)	50
Quadro 5	Códigos da língua (WLN)	51
Quadro 6	Exemplo de codificação das coleções em uma biblioteca jurídica.....	51
Quadro 7	Lista de grupos de usuários e de formatos	56
Quadro 8	Os 13 critérios de Vergueiro (2010), dividido por categorias.....	89
Quadro 9	Definição dos critérios de seleção quanto ao documento.....	90
Quadro 10	Validação do critério imparcialidade	92
Quadro 11	Validação do critério atualidade	92
Quadro 12	Validação do critério cobertura e/ou tratamento	93
Quadro 13	Critérios de seleção voltados para o usuário.....	93
Quadro 14	Validação do critério conveniência	94
Quadro 15	Validação do critério idioma.....	95
Quadro 16	Validação do critério relevância e/ou interesse.....	95
Quadro 17	Validação do critério conveniência	96
Quadro 18	Aspectos adicionais como critérios de seleção.....	96
Quadro 19	Validação do critério contribuição potencial	97
Quadro 20	Validação do critério características físicas.....	97
Quadro 21	Validação do critério aspectos especiais.....	98
Quadro 22	Listando os instrumentos auxiliares de seleção na política.....	99
Quadro 23	Alocação de recursos usando a estrutura	117
Quadro 24	Fórmulas do método CREW.....	156
Quadro 25	Métodos de avaliação de coleções da ALA	167
Quadro 26	Padrões de luz recomendados para bibliotecas.....	186

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	13
1	UNIDADE 1: FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	15
1.1	OBJETIVO GERAL.....	15
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
1.3	E SE A BIBLIOTECA NÃO TIVESSE COLEÇÕES?	17
1.4	O QUE É DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES?.....	19
1.4.1	A dualidade das abordagens centradas no armazenamento e no acesso à informação	23
1.4.2	Os princípios em desenvolvimento de coleções	26
1.4.3	Atividade	28
1.4.4	Plantando as sementes: a força do planejamento	30
1.4.4.1	<i>Planejamento: o ponto de partida</i>	30
1.4.4.2	<i>Estudo ou análise da comunidade: por onde tudo começa</i>	34
1.4.4.3	<i>Diagnóstico das coleções</i>	36
1.4.4.4	<i>Estrutura para formação de coleções</i>	43
1.4.4.4.1	<i>As dimensões propostas por Miranda (1980)</i>	44
1.4.4.4.2	<i>Níveis de Coleção da ALA</i>	47
1.4.4.4.3	<i>Modelo Conspectus</i>	49
1.5	A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	52
1.5.1	Atividade	59
	RESUMO	61
	SUGESTÃO DE LEITURA	62
	REFERÊNCIAS	62
2	UNIDADE 2: SELEÇÃO	67
2.1	OBJETIVO GERAL.....	67
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	67
2.3	“A ESCOLHA DE SOFIA”	69
2.4	A SELEÇÃO DE MATERIAIS	71
2.4.1	Seleção como processo: arregaçando as mangas!	71
2.4.1.1	<i>Responsáveis pela seleção</i>	72
2.4.1.2	<i>Mecanismos para identificação, transcrição e avaliação dos itens a serem selecionados</i>	76
2.4.2	Atividade	84
2.4.3	Atividade	85
2.4.4	A política de seleção como um plano de voo	87
2.4.4.1	<i>Responsáveis pela seleção de materiais</i>	88
2.4.4.2	<i>Crítérios de seleção</i>	89
2.4.4.3	<i>Instrumentos auxiliares</i>	98
2.4.4.4	<i>Políticas específicas</i>	99

2.4.4.5	<i>Documentos correlatos</i>	101
2.4.5	Atividade	102
	RESUMO	104
	SUGESTÃO DE LEITURA	105
	REFERÊNCIAS	105
3	UNIDADE 3: AQUISIÇÃO	107
3.1	OBJETIVO GERAL.....	107
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	107
3.3	“FLORES PARA QUANDO TU CHEGARES”	109
3.4	O PROCESSO DE AQUISIÇÃO.....	109
3.4.1	Permuta: flores raras	116
3.4.2	Doação: presente de grego!	119
3.5	A POLÍTICA DE AQUISIÇÃO.....	121
3.5.1	Atividade	125
3.6	O PROCESSO DE AQUISIÇÃO E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	126
3.7	VAMOS DAR AS MÃOS PARA COLHER MAIS FRUTOS.....	133
3.7.1	Atividade	135
	RESUMO	137
	SUGESTÃO DE LEITURA	138
	REFERÊNCIAS	138
4	UNIDADE 4: DESBASTAMENTO	141
4.1	OBJETIVO GERAL.....	141
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	141
4.3	“QUANDO EU PISO EM FOLHAS SECAS...”	143
4.4	ENTÃO, VAMOS RENOVAR ESSE JARDIM?.....	144
4.5	A POLÍTICA DE DESBASTAMENTO	146
4.5.1	Tu te tornas responsável por aquilo que desbasta	146
4.5.2	É preciso ter critérios	147
4.5.3	Vou remanejar ou descartar, e agora? – Métodos de desbastamento	152
4.5.4	Aspectos administrativos para lidar com descarte	157
4.5.5	Atividade	159
	RESUMO	160
	SUGESTÃO DE LEITURA	160
	REFERÊNCIAS	160
5	UNIDADE 5: AVALIAÇÃO DE COLEÇÕES	163
5.1	OBJETIVO GERAL.....	163
5.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	163
5.3	“AS ROSAS NÃO FALAM”	165
5.4	“SIMPLEMENTE AS ROSAS EXALAM...”	165
5.4.1	Métodos de avaliação centrados nas coleções	167
5.4.2	Métodos de avaliação centrados no uso	169
5.5	POLÍTICA PARA AVALIAÇÃO DE COLEÇÕES	175

5.5.1	Atividade	177
	RESUMO	178
	SUGESTÃO DE LEITURA	179
	REFERÊNCIAS	179
6	UNIDADE 6: PRESERVAÇÃO	181
6.1	OBJETIVO GERAL	181
6.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	181
6.3	QUE SEJA ETERNO ENQUANTO DURE	183
6.4	PRESERVAR PARA CONSERVAR	183
6.4.1	Aspectos relativos à conservação	184
6.4.2	Aspectos relativos à preservação	187
6.4.3	Atividade	188
	RESUMO	190
	SUGESTÃO DE LEITURA	190
	REFERÊNCIAS	191

APRESENTAÇÃO

Este livro reúne quase duas décadas de vivências em sala de aula, dedicadas à área de desenvolvimento de coleções. Foram momentos de intenso aprendizado coletivo, promovidos principalmente pelos meus alunos, a quem dedico este livro.

A oportunidade de preparar o material didático da área de desenvolvimento de coleções para os cursos de Biblioteconomia na modalidade de ensino a distância (EaD) foi, sem dúvida, uma experiência inesquecível! Mobilizou uma equipe numerosa, multidisciplinar e interinstitucional. Fizemos treinamentos e suamos a camisa para atender aos requisitos exigidos para produzir textos dessa natureza.

Também foi necessário repensar todo o conteúdo de modo a adaptá-lo à linguagem própria de cursos a distância, facilitando o processo de ensino-aprendizagem e o estudo individual. No final, todos nós aprendemos muito e essa experiência influenciou também as nossas práticas pedagógicas, bem como nossa visão sobre os conteúdos que ministramos na modalidade presencial.

Espero que esse esforço consiga levar esses conteúdos para o plano das práticas e das rotinas das bibliotecas, resultando na implantação de setores dedicados ao processo de desenvolvimento de coleções e, sobretudo, motivando o interesse de estudantes, bibliotecários, docentes e pesquisadores pela área.

O livro está organizado em seis unidades, que são as seis aulas desta disciplina. O conteúdo foi baseado principalmente em autores consagrados, especialmente Evans (2000), Figueiredo (1993) e Vergueiro (1989, 1996, 2010), que valorizam o processo de desenvolvimento de coleções e suas etapas, com destaque para a fase de planejamento, incluindo o estudo de comunidade, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação. Também incluímos o tema preservação para chamar atenção dos estudantes para a complexa tarefa reservada aos bibliotecários de salvaguardar os acervos correntes, especiais ou digitais.

Este livro está voltado para princípios gerais de coleções correntes. Acreditamos que esses conteúdos podem garantir que o estudante alcance outros níveis de compreensão e aplicação, conforme a realidade das bibliotecas. Os aspectos relativos às obras raras e coleções especiais vão requerer estudos mais aprofundados, uma vez que nem todos os princípios gerais respondem às especificidades desses tipos de coleções. Já em relação às coleções digitais, os princípios gerais são totalmente aplicáveis, embora algumas especificidades exijam algum esforço para construir critérios e métodos próprios.

Usamos como sinônimos os termos relativos a item, documento, obra, título, exemplar e material de informação, conforme o contexto. Agora é hora de começar os estudos e, quem sabe, se apaixonar pela área como eu me apaixonei.

Bons estudos!

UNIDADE 1

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES



1.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar os conceitos, etapas, fatores, métodos e técnicas que envolvem e afetam o desenvolvimento de coleções; bem como os aspectos relativos à elaboração, às limitações e à formalização de uma política de desenvolvimento de coleções.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- a) planejar o processo de desenvolvimento de coleções seguindo as etapas que o compõem;
 - b) planejar o processo de desenvolvimento de coleções levando em consideração seus princípios;
 - c) reconhecer os elementos constitutivos, bem como identificar os principais modelos de uma política de desenvolvimento de coleções.
-

1.3 E SE A BIBLIOTECA NÃO TIVESSE COLEÇÕES?

Pense em uma biblioteca. Qual imagem surgiu primeiro em sua mente? Um edifício com arquitetura antiga ou moderna? Estantes alinhadas em grandes espaços para abrigar as coleções? Leitores sentados folheando livros em um ambiente claro e silencioso? Você teve outra ideia? Talvez usuários acessando o catálogo da biblioteca de casa ou realizando buscas em uma coleção de periódicos *on-line*?

É interessante perceber que, de um modo geral, o conceito de biblioteca envolve o que pensamos sobre ela. Por exemplo, a partir desse imaginário sugerido no texto podemos identificar pelo menos quatro acepções recorrentes que funcionam como conceito de biblioteca (Figura 1):

Figura 1 – Conceito de biblioteca



Fonte: Produção da própria autora a partir de Wikipédia (2007), Wikimidia Commons (2011), Pixabay (2014) e Flickr (2014).¹

Mais interessante ainda é observar que essas acepções não se alteraram ao longo do tempo. É certo que a convergência das tecnologias de informação e comunicação trouxe maior complexidade àquelas acepções, sem, contudo, modificá-las em sua essência.

Por exemplo, a biblioteca pode estar inteiramente em um servidor (espaço); a guarda e o armazenamento envolvem cada vez mais estratégias distribuídas para preservação digital e acesso permanente (armazenamento); o conceito de coleções está muito mais ampliado em função da mudança de sua natureza (coleções digitais); os leitores hoje podem acessar conteúdos remotamente, sem precisar ir à biblioteca, enquanto que a equipe da biblioteca cada vez mais faz uso dos recursos das tecnologias de informação e de comunicação para atender às questões de referência dos usuários (pessoas).

A importância dessa reflexão está em reconhecer conceitos universais presentes em nosso cotidiano, os quais são fundamentais para

Servidor

O servidor de internet é um computador que controla o acesso de uma determinada rede à internet. Todos os pacotes destinados à internet ou recebidos por meio desta passam pelo servidor de internet, onde são verificados e enviados ao destinatário correto dentro da rede (O QUE É UM SERVIDOR, c2017).

¹ Primeira imagem: **Biblioteca Nacional**. Autor: *Olimor*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_livro_no_Brasil#/media/File:Biblioteca_Nacional_aerea.JPG; Segunda imagem: **Estantes de livros**. Autor: *ProtoplasmaKid*. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Estantes_de_livros_en_la_Biblioteca_Central_de_la_UNAM.jpg; Terceira imagem: **Coleção de livros**. Autor: *cathy1*. Disponível em: <https://pixabay.com/pt/livros-biblioteca-conhecimento-401896/>; Quarta imagem: **Leitora**. Autor: *André Luiz D. Takahashi*. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/prefvotuporanga/11927781734/>.

compreender as teorias do campo biblioteconômico. Por exemplo, as acepções de biblioteca que visualizamos a partir do imaginário coletivo tem sua origem em 1602, com *Justus Lipsius* (Figura 2), que foi um erudito que viveu entre o século XVI e XVII e definiu a biblioteca da seguinte maneira: espaço (*locum*), guarda ou armazenamento (*armarium*) e coleções (*libros*) (PINHEIRO, 2013).

Essa definição de *Justus Lipsius* responde, de uma certa maneira, à pergunta do título desta seção: não é possível conceber bibliotecas sem coleções, pois estas são elementos constitutivos da própria biblioteca tanto no nível conceitual quanto no operacional. Assim, se considerarmos que um repositório institucional é uma biblioteca com coleções digitais, lá estarão as coleções, da mesma forma que em uma biblioteca pública de um município de 10 mil habitantes no interior do país. As coleções são como um pressuposto da existência de bibliotecas, mesmo que as coleções sejam instrumentos que possibilitem a identificação e localização de conteúdos “extramuros”.

Por outro lado, a biblioteca não pode ser o resultado de um aglomerado de livros e revistas amontoados pelo mero acaso (FONSECA, 2007). As coleções devem expressar um ou mais significados atribuídos pela comunidade à qual a biblioteca serve. Na verdade, a biblioteca é o produto da criação de pessoas, projetada para um determinado objetivo ou fim social e orientada para indivíduos, grupos sociais e/ou a sociedade. Chegamos então à quarta acepção da definição de biblioteca: as pessoas, acepção originalmente explicitada por Hesse (1841) e acrescida àquelas.



Curiosidade

Figura 2 – *Justus Lipsius*



Fonte: Wikimedia Commons (2014).²

² Autor: *Jan Baptist Zangrius*. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Justus_Lipsius.jpg.

Filólogo clássico flamengo, *Joost Lips*, ou *Justus Lipsius* em latim, nasceu na Antuérpia a 18 de outubro de 1547 e morreu em Leuven, a 23 de abril de 1606. Desistiu de seguir a carreira eclesiástica para dedicar-se a estudos literários e filosóficos em Leuven, onde mais tarde seria professor de História e latim. *Lipsius* é o maior representante do estoicismo na Renascença. Estudou a doutrina estoica através da obra de Sêneca e adotou seus preceitos como norma de vida. Publicou diversos livros entre 1569 e 1604, sobretudo sobre filologia e filosofia. *De bibliothecis syntagma*, de 1602, é considerado um dos primeiros tratados de História de bibliotecas antigas (FAGUNDES; HOUAISS, 1981, p. 6.895-6.896; WALKER, 1991).

Estoicismo

Trata-se de uma doutrina fundada pelo filósofo grego *Zenão de Cítioque*, a qual aconselha a indiferença e o desprezo pelos males físicos e morais. Significa, ainda, rigidez; firmeza; austeridade.



Começamos ilustrando uma reflexão sobre o imaginário coletivo que envolve o conceito de biblioteca para destacar a importância das coleções a fim de compreender sua vinculação teórica e operacional com a biblioteca. Isto é, as coleções são um pressuposto da criação de uma biblioteca (nível teórico) e devem ser consideradas como a expressão de indivíduos, de um grupo social, ou da sociedade, desenvolvidas para cumprir um objetivo comum (nível operacional). Nesse contexto, o nível operacional é traduzido nas etapas do processo de desenvolvimento de coleções, as quais promovem o encontro entre os recursos de informação e a comunidade a ser servida e, sobretudo, a construção de um acervo que expresse as necessidades dos usuários e o perfil institucional.

Agora vamos prosseguir aprofundando as etapas, as abordagens existentes e os princípios que envolvem formação e desenvolvimento de coleções.

1.4 O QUE É DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES?

Na prática, formar e desenvolver coleções envolve planejamento, métodos e atividades relacionadas com os seguintes processos operacionais ou etapas, os quais seguem uma certa ordem:

- estudo ou análise da comunidade;
- seleção;
- aquisição;
- desbastamento;
- avaliação.

Estes processos (ou etapas) são dependentes de diretrizes formalizadas em políticas para seleção, aquisição, desbastamento e avaliação. Isso quer dizer que todas as atividades em desenvolvimento de coleções envolvem suas respectivas políticas, a fim de orientar toda e qualquer ação.





Em outras palavras, cada processo representa a ação e cada política, um plano de ação para orientar o processo.

Para ficar mais claro, podemos exemplificar o processo e a política de aquisição do seguinte modo: um bibliotecário de aquisição segue uma rotina pré-definida para cotar preços de livros que envolve, dentre outras tarefas, a escolha de fornecedores (livreiros, editores, distribuidores, etc.) com condições de atender às solicitações de compra. Para auxiliar nessa tarefa, a política de aquisição deve ter descrito os critérios para aquisição, bem como o preço médio dos itens por tipo de coleções e por área, além do perfil dos fornecedores confiáveis.

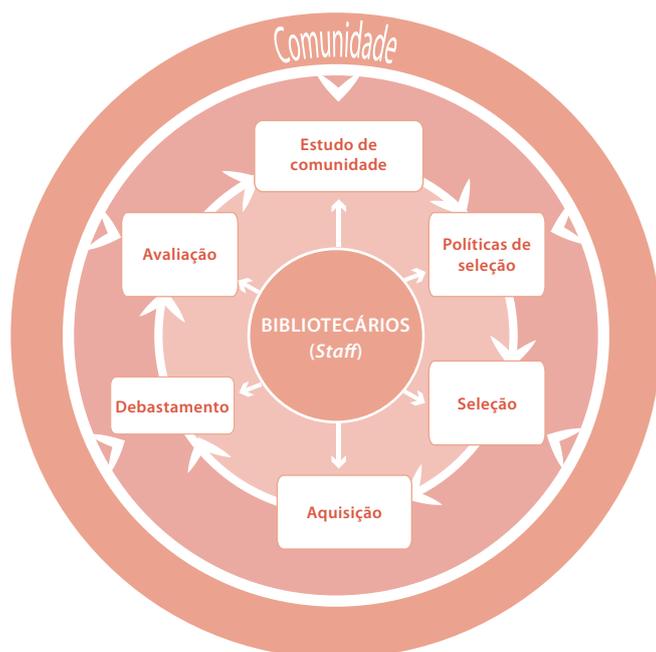
Essa é a maneira mais fácil de compreender o que é desenvolvimento de coleções, pois, quando partimos para definições apresentadas pela literatura especializada, deparamos com aspectos bastante complexos. Vejamos o caso da definição de Evans (2000, p. 15, tradução nossa):

Definimos desenvolvimento de coleções como um processo de identificação das fortalezas e fraquezas das coleções de uma biblioteca em termos de necessidades e recursos da comunidade, na tentativa de corrigir as fraquezas existentes, se houver.

Para o autor, a definição pode ser aplicada a qualquer tipo de biblioteca ou instituição pois sua amplitude destaca o desenvolvimento de coleções como um processo que vai ao encontro das necessidades do usuário no tempo e custo certos (EVANS, 2000). Isto é, as coleções devem estar orientadas para responder às necessidades dos usuários, seja ele real ou potencial. Para isso, o estudo da comunidade e a avaliação de coleções são recursos para identificar as fortalezas e fraquezas das coleções; e os ajustes nas políticas de seleção, aquisição e desbastamento são as correções necessárias a que Evans (2000) se refere de forma a aprimorar os seus respectivos processos. Veremos mais adiante que essas correções funcionam como uma retroalimentação do processo de desenvolvimento de coleções.

Tendo isso em mente, fica mais fácil compreender que os processos e políticas de desenvolvimento de coleções salientados anteriormente também estão presentes na definição de Evans (2000) em uma espécie de segunda camada, mais operacional que filosófica, conforme podemos verificar na Figura 3. A abordagem sistêmica do processo de desenvolvimento de coleções está traduzida na figura idealizada por *Evans*, sob a forma de círculos que demonstram o caráter cíclico e ininterrupto do processo e com os retângulos expressando um subsistema relativo a cada atividade e/ou processo envolvido, isto é, estudo ou análise da comunidade, política de seleção, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação.

Figura 3 – Processo de desenvolvimento de coleções



Fonte: Traduzido de Evans por Vergueiro (1989, p. 17).

Para Evans (2000), o foco do processo de desenvolvimento de coleções está no encontro das necessidades de informação da comunidade à qual as coleções servem, representado no tamanho maior da seta que aponta a comunidade em direção ao processo de desenvolvimento de coleções. Observe que o tamanho das setas indica o nível de envolvimento dos usuários em cada elemento do processo em uma espécie de gradação. As setas da política de seleção e dos processos de seleção, são menores comparadas ao Estudo da comunidade, Seleção e Avaliação. Já as setas que circundam cada processo e as que saem da equipe da biblioteca são menores ainda.



Explicativo

Características do processo de desenvolvimento de coleções

A Figura 3 é muito útil para apresentar as principais características do processo de desenvolvimento de coleções. De acordo com Vergueiro (1989, p. 16), o processo tem um caráter:

- a) cíclico – isto é, todas as etapas são importantes
- b) ininterrupto – não um começo ou fim, e sim uma continuidade, e por isso deve fazer parte da rotina da biblioteca.
- c) heterogêneo – o processo não ocorre do mesmo modo nas bibliotecas, pois é dependente do tipo de biblioteca, de seus objetivos, do público-alvo e da missão da instituição que mantém a biblioteca. Há outro aspecto referente à ênfase do processo que será detalhado mais adiante e que também caracteriza o processo de desenvolvimento de coleções.



O estudo ou a análise da comunidade é imprescindível para caracterizar o público-alvo para o qual as coleções serão formadas e desenvolvidas. Evans (2000) chama a atenção para a necessidade de se considerar tanto os usuários reais quanto os potenciais. Além disso, a comunidade também pode ser uma unidade política (município, estado, país, etc.) ou então um grupo especializado, uma associação ou uma universidade, por exemplo. É preciso saber para quem as coleções servem ou servirão no tempo e no espaço.

Esses dados sobre a comunidade também serão úteis para elaborar as políticas, especialmente de desenvolvimento de coleções e de seleção. Evans (2000) diferencia a política de seleção por sua capacidade de auxiliar na tomada de decisão sobre qual título será incorporado, enquanto que a política de desenvolvimento de coleções inclui outros tópicos mais abrangentes, envolvendo questões relacionadas ao desbastamento, à cooperação, entre outras. Esses são os instrumentos principais para auxiliar a equipe da biblioteca na tomada de decisão sobre quais itens serão adquiridos.

Em seguida inicia-se o trabalho da aquisição para assegurar os materiais por meio de doação, permuta e compra de itens (EVANS, 2000). As rotinas desse processo são praticamente as mesmas em qualquer parte do mundo. Mas é preciso destacar uma peculiaridade desse processo. Para isso vamos recorrer à Figura 3. Observe que o retângulo destinado à aquisição não possui seta alguma proveniente da comunidade, conforme ocorre com os demais processos. Evans (2000) sinaliza com isso a pouca ou nenhuma participação da comunidade nesse processo, que é mais caracterizado por suas atividades técnico-administrativas.

Após o término do processo de aquisição, os itens adquiridos prosseguem na sua “linha de produção”, também denominada pela literatura clássica da área de Biblioteconomia como a “marcha do livro” – até chegarem às mãos dos usuários, o que envolve desde a representação descritiva e temática ao armazenamento e divulgação dos materiais recém-adquiridos.

No entanto, ao longo do tempo, nem todos os itens das coleções sobrevivem à sua utilidade original e muitas vezes precisam ser removidos das coleções, seja para um local de pouco acesso ou definitivamente. A esse processo que consiste de examinar e determinar o valor atual dos itens das coleções, denomina-se desbastamento (EVANS, 2000). O autor esclarece que desbastamento é uma atividade de avaliação, mas voltada para operações internas na biblioteca. Já a avaliação, o último elemento em desenvolvimento de coleções, tem um sentido mais amplo. Sua importância está presente tanto para propósitos internos quanto externos à biblioteca. Assim, a avaliação pode contribuir tanto para avaliar coleções quanto para verificar a necessidade de mais verba ou para elaborar estratégias para obtenção de reconhecimento. Para Evans (2000), toda avaliação de coleções deve considerar as necessidades dos usuários, retornando, assim, de volta ao processo de análise de comunidade. Dessa forma, a avaliação permite completar o círculo da Figura 3, cumprindo o seu papel de retroalimentação, próprio das abordagens sistêmicas. A equipe da biblioteca, no centro da Figura 3, protagoniza as ações para que o processo de desenvolvimento de coleções ocorra.

1.4.1 A dualidade das abordagens centradas no armazenamento e no acesso à informação

Do mesmo modo que não conseguimos imaginar uma biblioteca sem coleções, também é muito difícil que uma biblioteca não tenha se envolvido com as atividades inerentes ao processo de desenvolvimento de coleções mesmo que não existam políticas formais. Quer um exemplo? Certamente que o processo de seleção e aquisição foram importantes para a formação das coleções da *Biblioteca de Alexandria* (Figura 4), mesmo que esses processos ocorressem por meio de confiscos dos viajantes ou da produção de cópias de seus itens.

Figura 4 – A Biblioteca Alexandria foi, durante séculos, a maior e mais importante biblioteca do mundo, contendo um imenso acervo, abrigando, assim, o maior patrimônio cultural e científico de toda a Antiguidade. A história mais recorrente conta que ela foi consumida por um incêndio que a destruiu, mas há muita controvérsia sobre as verdadeiras causas de sua ruína



Fonte: Wikipédia (2017).³

Por outro lado, o termo desenvolvimento de coleções, tal como conhecemos hoje, é relativamente novo. Vergueiro (1989) indica em seu livro que o termo surgiu na década de 1960, no momento em que os bibliotecários norte-americanos refletiam sobre a necessidade de uma nova abordagem em desenvolvimento de coleções, baseada mais no acesso à informação que no armazenamento ou acumulação de todo o conhecimento registrado existente, tal como era concebido desde a Antiguidade até a Idade Moderna (JANNUZZI, 2001).

No entanto, essa ideia não é tão nova e podemos confirmar suas origens em *Gabriel Naudé* em sua obra *Advis pour dresser une bibliotheque*, de 1627. Ele foi um dos primeiros a chamar a atenção para a necessidade de se selecionar livros por seus critérios de utilidade em lugar da pura acumulação. Do mesmo modo, podemos encontrar em obras de bibliófilos europeus do século XIX recomendações para selecionar as melhores obras por sua qualidade, com a finalidade de compor acervos de bibliotecas privadas, públicas e especializadas (WEITZEL, 2012).

³ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Library_of_Alexandria#/media/File:The_Burning_of_the_Library_at_Alexandria_in_391_AD.jpg.



Essa tendência é na verdade uma consequência da crescente produção bibliográfica proporcionada pelo advento da prensa de *Gutenberg*, que tornou o processo de formar e desenvolver coleções em bibliotecas cada vez mais complexo, tendo em vista a necessidade de se recorrer a recursos e técnicas próprias para identificar quais obras mereciam fazer parte dos acervos. Para termos uma ideia desse volume editorial, entre 1500 e 1750, cerca de 130 milhões de livros foram publicados no mundo, segundo levantamento de Burke (2002). Porém, as poucas pesquisas nessa área deixaram por revelar o caminho percorrido desde a Antiguidade até os nossos dias, no que se refere às práticas de formação e desenvolvimento de coleções, e mais estudos são necessários para aprofundar esses aspectos.

Há porém, um certo consenso teórico de que há duas abordagens importantes que marcam o processo de desenvolvimento de coleções do ponto de vista histórico e operacional: uma voltada para o armazenamento de toda a produção existente no mundo e outra orientada pelo usuário e suas necessidades, baseada no acesso à informação. A primeira, orientada para a acumulação, foi praticada até a Idade Moderna, conforme visto quando os recursos e meios de reprodução dos documentos eram limitados. Em outras palavras, era possível inventariar o conhecimento registrado existente a partir dos acervos de bibliotecas. Com a invenção da prensa e com o aumento crescente da escala de produção gráfica, o volume da produção bibliográfica se multiplicou progressivamente ao longo dos séculos, a ponto de afetar a formação de coleções em bibliotecas e seus processos para mantê-las. Assim, o debate sobre a importância das necessidades dos usuários e da missão institucional como princípio e ponto de partida para formar e desenvolver coleções já ocorria no século XIX, como afirmaram, por exemplo Constantin (1841), Gräesel (1897) e Peignot (1823).

A partir desse contexto, é mais fácil compreender como a abordagem baseada no acesso à informação e orientada para o usuário foi sendo estabelecida ao longo dos séculos, incorporando paulatinamente a necessidade de planejamento para lidar com a complexidade da sociedade contemporânea e, sobretudo, com a chamada “explosão da informação” (MIRANDA, 2002). O advento da internet e a convergência das tecnologias de informação e comunicação, já no final do século XX, consagraram a hegemonia da abordagem centrada no acesso e no usuário.



Explicativo

As coleções como interface para lidar com a explosão da informação

Vamos fazer outro exercício de reflexão para aprofundar um pouco a abordagem baseada no acesso à informação e orientada para o usuário. Tente imaginar toda a produção de conhecimento registrada em algum suporte físico ou em redes de computadores existentes no planeta. Certamente que as cifras serão inimagináveis e não haverá espaço para armazenar tudo o que foi produzido no mundo em uma só biblioteca, como era concebido até a Idade Moderna. Então, podemos compreender o processo de desenvolvimento de coleções, na abordagem baseada no acesso à informação e orientada para o usuário, como uma estratégia para viabilizar um recorte ou uma interface entre esse “caos documentário”, con-

forme denominou Bradford (1961), e a comunidade a ser servida com suas necessidades específicas de informação. O produto desse recorte ou dessa interface são as coleções de uma determinada biblioteca. Desse modo, fica muito mais fácil de compreender o papel de cada biblioteca que, individualizadas, expressam os anseios de um segmento da sociedade em relação às suas necessidades informacionais (WEITZEL, 2012) ou que, reunidas em redes, expressam o melhor que existe na produção do conhecimento registrado no mundo. Assim, vivemos hoje sob uma perspectiva diferenciada. Aquele ideal de biblioteca reunindo tudo o que existe no mundo pode ser revisto sob outra lógica, mais distribuída. No entanto, é necessário estabelecer políticas muito fortes para alcançar tão ou-sado ideal ou, pelo menos, se aproximar dele.



Curiosidade

A dualidade continua: posse ou acesso?

Richard de Bury foi um dos representantes da abordagem do armazenamento. Em seu clássico livro *Philobiblion*, publicado em 1344, *Bury* apresenta as boas práticas de como se deve ler, conservar e, especialmente, como colecionar (BURY, 2007). *Philobiblion* é um termo grego que quer dizer amor ao livro. De um certo modo, a abordagem sobre o armazenamento não ficou no passado. É certo que existem as referências no tempo e no espaço para explicar, do ponto de vista histórico e conceitual, o que representou a abordagem sobre o armazenamento e acumulação no passado. Hoje, os bibliotecários do século XXI percebem cada vez mais em suas práticas a presença dessa dualidade traduzida entre a posse ou o acesso aos materiais, visto que hoje o dilema está em armazenar ou apenas prover o acesso (Figura 5).

Figura 5 – Posse ou acesso?



Fonte: Produção da própria autora a partir de *Wikipédia* (20—?), *Flickr* (2009) e *Wikimedia Commons* (2013).⁴

⁴ Primeira imagem: **Biblioteca**. Autor: *Pdx.leecat*. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Wikipédia/The_Wikipédia_Library/Newsletter/October2013#/media/File:Wikipédia_Loves_Libraries_at_Multnomah_County_\(OR\)_Library_\(2nd_photo\).jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/Wikipédia/The_Wikipédia_Library/Newsletter/October2013#/media/File:Wikipédia_Loves_Libraries_at_Multnomah_County_(OR)_Library_(2nd_photo).jpg); Segunda imagem: **Livros amontoados**. Autor: *Paul Falardeau*. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/pfala/3813097461/>; Terceira imagem: **Pessoa pensando**. Autor: *PetrKratochvil* – Domínio público. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Young_Woman_Thinking.jpg.

1.4.2 Os princípios em desenvolvimento de coleções

Vimos no início da seção “O que é desenvolvimento de coleções?” que a biblioteca é o produto da criação de pessoas, sendo projetada para um determinado objetivo ou fim social e orientada para indivíduos, grupos sociais e/ou sociedade. Logo, as coleções também refletem essa orientação, ou... deveriam! Cada item incorporado ao acervo tem uma razão para estar ali. Por isso, é importante ter como princípio a missão da instituição que mantém a biblioteca. A missão certamente expressará as áreas de atuação dessa instituição, bem como o seu público-alvo, e é por aí que o processo de desenvolvimento de coleções deve ser orientado.

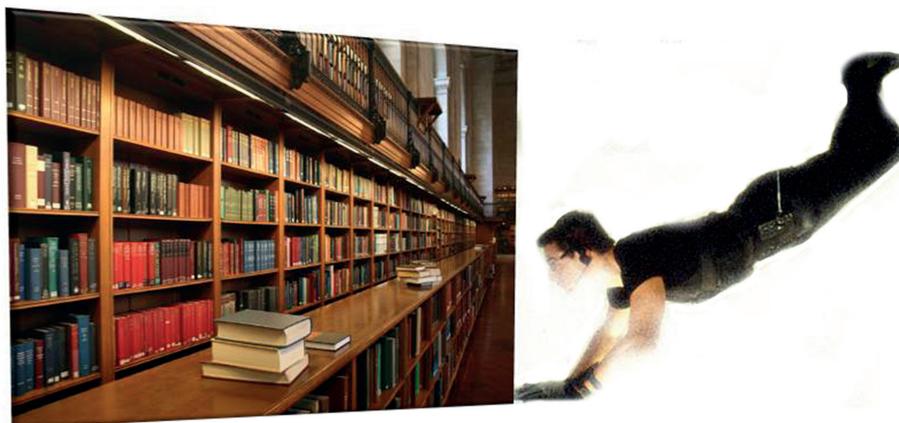
As necessidades dos usuários, de uma certa forma e grau, estão contempladas na missão. Vejamos um exemplo. Vamos supor que escolhemos aleatoriamente um livro do catálogo *on-line* de uma biblioteca universitária. Fazendo uma análise do livro, descobrimos que seu título faz parte da bibliografia básica de uma disciplina obrigatória do núcleo formador do currículo. Considerando que uma das principais finalidades de uma universidade é o ensino, logo, o livro selecionado está expressando sua relação com a missão da universidade e, conseqüentemente, com a comunidade universitária que precisa do item para desempenhar suas atividades acadêmicas. É certo que o exemplo dado é muito simplista, mas aos poucos vamos aprofundando os exemplos, de modo a demonstrar toda a complexidade desse princípio no processo de desenvolvimento de coleções como um todo, nas subseções “Planejamento: o ponto de partida” e “Estudo ou análise da comunidade: por onde tudo começa”, que você estudará mais adiante.



Explicativo

A missão não pode ser impossível

Figura 6 – A missão não pode ser impossível



Fonte: Produção da própria autora a partir de *Flickr* (2007, 2015).⁵

⁵ Primeira imagem: **Filme Missão Impossível**. Autor: *TNS sofres*. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/124561666@N02/14217821769/>; Segunda imagem: **Biblioteca**. Autor: *timetrax23*. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/timetrax/376152628>.

De acordo com Oliveira (2014), a missão é a razão de ser de uma empresa (em nosso caso também pode ser uma instituição governamental ou sem fins lucrativos, etc.) e procura determinar qual é o negócio da empresa, por que ela existe, ou ainda, em quais atividades a empresa deverá concentrar seus esforços no futuro. A missão deve ser definida em termos de satisfazer alguma necessidade do ambiente externo sem, contudo, se restringir a produtos e serviços, pois isso reduz a sua ação no mercado. A missão deve então traduzir um determinado sistema de valores de uma empresa ou instituição em termos de crenças ou de áreas de atuação ou filosofia. Exerce uma função orientadora e delimitadora da ação empresarial dentro de um período longo com reflexos nas crenças, expectativas, conceitos e recursos. Identificar a missão em sites corporativos ou educacionais pode ser um bom caminho para verificar na prática os elementos presentes em uma missão. A missão de uma universidade, por exemplo, dificilmente fugirá das ideias sobre ensino, pesquisa e extensão, visando a produção de conhecimentos, a solução de problemas e o retorno de tudo isso para a sociedade. Experimente buscar na internet a missão de grandes universidades do país e do mundo e você mesmo poderá constatar isso.

Vergueiro (1989, p.19) chama a atenção para o fato de o processo de desenvolvimento de coleções estar “presente por inteiro em todas as bibliotecas”, mas não da mesma forma. O que isso quer dizer? Primeiro que todas as etapas destacadas por Evans na Figura 3 devem ser empreendidas em qualquer tipo de biblioteca. Pois, conforme vimos, não há como desenvolver coleções sem selecionar, adquirir ou desbastar itens, por exemplo. Não podemos prescindir de nenhuma etapa. Em segundo lugar, o processo de desenvolvimento de coleções se diferencia e se individualiza em cada biblioteca. Isso ocorre porque é a missão que orienta o planejamento e execução do processo de desenvolvimento de coleções. Em resumo, é a missão institucional que moldará o processo de desenvolvimento de coleções em cada biblioteca. Juntamente com a missão há também outros elementos que influenciam o processo de desenvolvimento de coleções, tais como o objetivo e o tipo de biblioteca e seu público-alvo. É por essa razão que o acervo de uma biblioteca nunca será exatamente igual ao de outra, mesmo quando são bibliotecas congêneres, isto é, quando são bibliotecas de mesmo tipo. Por exemplo: se partíssemos da premissa de que todas as bibliotecas públicas são iguais, não estaríamos totalmente corretos se a análise considerasse o ponto de vista das coleções.

Vejamos um caso real: a *Biblioteca Mário de Andrade* é uma biblioteca pública municipal como muitas outras. Mas ela se diferencia e se destaca por suas coleções, seja pela Coleção São Paulo, que reúne diversos materiais sobre a cidade de São Paulo, seja pela Coleção de Obras Raras e Especiais, criada por Rubens Borba de Moraes, entre outras de grande importância (BIBLIOTECA MARIO DE ANDRADE, 2014?). A vocação da *Biblioteca Mario de Andrade* expressa o que é sua comunidade, seus cidadãos e a sua história. Esse exemplo é muito rico para ilustrar a singularidade de uma biblioteca. Ao mesmo tempo, também poderemos encontrar um núcleo de títulos iguais em outras bibliotecas públicas, afinal o objetivo de uma biblioteca pública sempre estará relacionado à democratização do acesso ao conhecimento e informação e isso também

Desbastar

Limpar, ao retirar o que não serve ou que está em demasia (AULETE, c2017).



orientará o “desenho” de suas coleções. Dessa forma, o objetivo de uma biblioteca também é um fator de grande relevância a ser considerado.

Para finalizar vamos explorar um pouco mais aquela ideia de que o processo de desenvolvimento de coleções não ocorre da mesma forma em todas as bibliotecas. Vergueiro (1989) explica que, dependendo do tipo de biblioteca, objetivos institucionais e tipos de usuários, há maior ou menor ênfase em uma ou mais etapas em todo o processo. Isso quer dizer que uma biblioteca pública precisará muito mais da análise de comunidade que uma biblioteca empresarial, por exemplo. O que não quer dizer que a etapa não será cumprida na biblioteca empresarial – só não haverá tanta ênfase. Nesse caso, a ênfase recairia na seleção, garantindo aos seus usuários novos conhecimentos para auxiliar na tomada de decisão e na produção da empresa.

Essas são as duas razões pelas quais o processo de desenvolvimento de coleções se caracteriza como um processo heterogêneo: depende das características institucionais, nas quais podemos incluir aspectos relativos ao tipo de biblioteca, de público-alvo, de missão, etc. e também da ênfase do processo que também é determinado pelas características institucionais (vide caixa “Características do processo de desenvolvimento de coleções”).

Até aqui identificamos os seguintes princípios, que são interdependentes:

- a missão da instituição que mantém a biblioteca;
- os objetivos e tipos de bibliotecas, incluindo o seu público-alvo;
- a ênfase do processo de desenvolvimento de coleções.

Também caracterizamos o processo de desenvolvimento de coleções como sendo cíclico (todas as etapas são importantes), ininterrupto (sem começo ou fim) e heterogêneo (tipo de biblioteca e de comunidade tem influência) (VERGUEIRO, 1989).



1.4.3 Atividade

Os primeiros passos para desenvolver coleções

Visualize a cena: você acabou de ser contratado para desenvolver coleções em uma biblioteca que ainda está sendo implementada. Não tem sequer coleções. E agora? O que fazer? Por onde começar? Calma! Se você leu a aula com atenção até aqui já tem régua e compasso para preparar os primeiros passos.

Reveja o que estudamos até aqui e identifique pelo menos três tópicos que serão importantes para dar início à fase de planejamento do processo de desenvolvimento de coleções. Para simplificar o exercício, concentre-se somente nas coleções, desconsiderando, nesse momento, a necessidade de espaço, mobiliários, entre outros recursos.

1.4.4 Plantando as sementes: a força do planejamento

Vimos na seção “O que é desenvolvimento de coleções?” que formar e desenvolver coleções envolve planejamento, métodos e atividades relacionadas com cinco processos operacionais ou etapas: estudo ou análise da comunidade, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação, bem como suas respectivas políticas.

Agora vamos aprofundar aspectos relativos ao planejamento e aos métodos e técnicas necessários para desenvolver coleções. As cinco etapas serão aprofundadas em aulas específicas a partir da Unidade 2.

1.4.4.1 Planejamento: o ponto de partida

O processo de desenvolvimento de coleções pode ser comparado a um lindo jardim que tem flores o ano todo independentemente da estação (Figura 7). Num primeiro momento parece ser improvável que exista um jardim assim. Mas, depois de refletir um pouco, é possível pensar em sua viabilidade: precisaremos saber quais flores florescem em qual estação e do que precisam para se manter floridas. Também será necessário pensar no arranjo desse jardim. Será que as flores ocuparão todo o espaço ou somente uma parte? Ou haverá um local reservado para as mudas ou aquelas que aguardam o seu momento de florir? E por aí vai...

Figura 7 – Desenvolver coleções é como cuidar de um jardim para que floresça em todas as estações



Fonte: *Wikimedia Commons* (2009).⁶

Na verdade, é preciso muito planejamento para alcançar um resultado tão extraordinário como esse. E planejamento requer dados, muitos dados. Por isso, começamos o processo de desenvolvimento de coleções com a etapa da análise da comunidade, identificação da missão da instituição que mantém a biblioteca e a caracterização do tipo da biblioteca, bem como de seus objetivos e seu público-alvo. Todos esses elementos trazem dados importantes sobre a instituição e a comunidade, notadamente do ambiente interno e externo à biblioteca.

⁶ Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Keukenhof_340.JPG#/media/File:Keukenhof_340.JPG.

Autores clássicos da área, tais como Edelman (1979) e o próprio Evans (2000), explicam que o processo de desenvolvimento de coleções é uma função de planejamento. Mas o que é uma função de planejamento? Vamos recorrer à área da Administração para definir melhor: planejamento é uma das quatro funções da Administração. As outras funções são: organização, direção e controle.



Multimídia

Figura 8 – Cena da videoaula

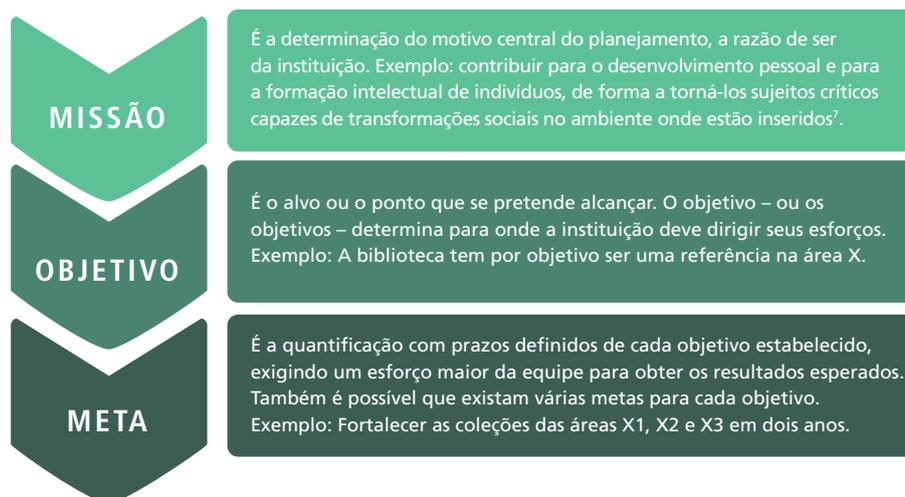


Fonte: Youtube (2014).

Vimos que desenvolvimento de coleções é uma função de planejamento. Mas, se pensarmos que precisaremos criar um setor ou uma unidade responsável por esse processo, então a perspectiva é outra! As quatro funções da Administração estarão obrigatoriamente presentes para definir os níveis de organização para o setor ou unidade responsável pelo desenvolvimento de coleções, seja no nível estratégico (direção ou chefe do setor), tático (pessoal para realizar a supervisão) e operacional (funcionários desempenhando suas tarefas), seja em relação às funções direção e controle. A videoaula de *Humberto Elias Garcia Lopes*, disponível no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=JNKmRZISNzo>, pode ser útil para compreendermos as funções da Administração. Depois de assisti-la (duração: 30 minutos), faça uma reflexão, procurando correlacionar esses conceitos para a implementação de um setor dedicado ao desenvolvimento de coleções.

Por ora, vamos nos concentrar apenas no planejamento. O planejamento é responsável pela definição dos objetivos, metas e planos em uma instituição (OLIVEIRA, 2014), conforme ilustrado na Figura 9:

Figura 9 – Planejamento em foco



Fonte: Adaptado de Oliveira (2014).

A Figura 9 já nos sinaliza que, para conhecer a missão, objetivos e metas, teremos que mergulhar bem fundo na instituição, envolvendo tanto a alta administração quanto a sua base. Teremos que conhecer também todo o planejamento e organização da instituição para viabilizar o “desenho” da estrutura que apoiará a formação e o desenvolvimento de coleções (veremos na seção “Estrutura para formação de coleções”). A forma mais racional de se fazer isso é estudando o planejamento estratégico da instituição que mantém a biblioteca a fim de conhecer a missão, os objetivos e metas adotadas. Essa é a única maneira que existe para que as coleções possam expressar as necessidades de informação das instituições ou da sociedade.

É interessante o modo como Maciel e Mendonça (2000) chamam a atenção para a necessidade desse conhecimento. Em seu livro, as autoras nos propõem o desafio de enxergar a biblioteca como uma organização (ou uma empresa mesmo), de forma a se entender tanto da “estrutura administrativa implícita à biblioteca, como também dos mecanismos de integração formal dessa estrutura com a instituição que a sustenta.” (MACIEL; MENDONÇA, 2000, p. 8). Muitas vezes os bibliotecários fazem seus trabalhos com muita dedicação mas se esquecem de que sua parte na tarefa (ou o produto de seu trabalho) contribui para alcançar um objetivo maior, que por sua vez está relacionado a uma ou mais metas específicas, conforme vimos na Figura 9. Em resumo, as autoras estão falando da micro e da macroestrutura que estão presentes em qualquer organização, até mesmo em uma biblioteca. Ficará mais fácil compreender essa ideia se imaginarmos que a biblioteca possui sua própria estrutura interna e também faz parte da estrutura da empresa ou instituição que a mantém. Por sua vez, a biblioteca e a instituição que a mantém fazem parte da sociedade. Essa visão mais aberta é importantíssima para não perdermos de vista o papel da biblioteca na sociedade e, com isso, orientarmos o planejamento em desenvolvimento de coleções para essas questões.

⁷ Missão adaptada da biblioteca do Colégio Paula Fracineti, citada em Barbalho e Beraquet (1995, p. 34).

Para ilustrar melhor essa ideia, reveja a Figura 3 e procure olhar somente para os círculos presentes na figura. A equipe está no centro enquanto que a comunidade se apresenta no círculo maior, circunscrivendo todas as demais circunferências. Essa relação nos dá a dimensão exata do que se passa no interior de seu raio, entre os níveis de trabalho que cada um de nós realizamos em uma biblioteca ou em uma instituição e da sua contribuição e benefícios para quem está na outra ponta. O planejamento começa quando nosso olhar parte do círculo maior da comunidade em direção à equipe e vice-versa.

É por isso que o primeiro passo para o planejamento é tomar conhecimento do lugar da biblioteca na instituição e na sociedade. Saber como as pessoas vinculadas à instituição fazem para obter a informação necessária para realizar suas atividades – seja de lazer, de estudo ou de trabalho. Esse é outro modo de visualizar a mesma coisa que já sabemos, que para iniciar o processo de desenvolvimento de coleções precisamos de três coisas:

- o estudo ou análise da comunidade;
- a missão;
- os seus objetivos, incluindo o seu público-alvo.

Na verdade, esse assunto é muito mais complexo do que parece e envolve muitos outros aspectos que não foram tratados aqui. Precisaríamos de outro livro para aprofundar as aplicações do planejamento e da administração em desenvolvimento de coleções. Então, vamos ficar apenas com esses tópicos preliminares para podermos seguir adiante.



Explicativo

Nem tudo são flores: fatores que afetam o processo de desenvolvimento de coleções

Com muito otimismo podemos compreender que o processo de desenvolvimento de coleções em sua abordagem orientada para o usuário e para o acesso à informação é um mecanismo para lidar com a complexidade da sociedade atual e, sobretudo, para lidar com a explosão da informação conforme visto.

Mas nem tudo são flores. Há uma série de outros fatores que ora auxiliam ora afetam o processo de desenvolvimento de coleções em bibliotecas, embora não impeçam sua implantação. Normalmente os principais fatores estão relacionados com a abundância ou escassez de recursos, seja no nível interno, como verba, pessoal e espaço, seja no nível externo, tal como a (in)disponibilidade dos itens para aquisição, explosão da informação, sinistros decorrentes de acidentes naturais, etc.

Figura 10 – O processo de desenvolvimento de coleções muitas vezes pode sofrer com a aridez de recursos internos ou externos



Fonte: Pixabay (2011).⁸

Percebemos nos exemplos da Figura 3 que o processo de desenvolvimento de coleções está fortemente vinculado à gestão da biblioteca como um todo. Quanto mais a função de planejamento estiver avançada em uma instituição, maior será a qualidade do processo de desenvolvimento de coleções na biblioteca.

1.4.4.2 Estudo ou análise da comunidade: por onde tudo começa

Elaborar as características da comunidade a ser servida pode ser uma tarefa um pouco mais trabalhosa do que imaginamos, pois teremos que levantar dados em diversos setores da instituição mantenedora, bem como em diversos tipos de fontes de informação, dependendo do tipo de biblioteca. Vamos então nos aprofundar nessa etapa do planejamento para compreender o que é o estudo ou análise da comunidade.

Primeiramente, temos que ter em mente que elaboraremos uma espécie de perfil dessa comunidade como se fosse um produto do estudo ou análise de comunidade. Esse perfil será transcrito na política de desenvolvimento de coleções. Logo, os dados que coletarmos não deverão consumir páginas e páginas da política! Teremos que expressar as características da comunidade a ser servida de forma sucinta, talvez em até três parágrafos. Não sobrecarregamos a política com a pesquisa realizada, métodos empregados, números e mais números, etc. Apenas informaremos na política o resultado que deve concentrar-se nas características da comunidade. Para realizar o estudo da comunidade, fazemos uso de dados brutos já coletados por instituições governamentais responsáveis pelo Censo no país ou por meio de dados presentes na própria instituição.

⁸ Disponível em: <https://pixabay.com/pt/dunas-estepe-%C3%A1rvore-deserto-seca-49857/>.

No caso de bibliotecas públicas, por exemplo, podemos consultar os anuários estatísticos ou os sites do IBGE e/ou do Instituto Pereira Passos para bibliotecas instaladas (ou a serem instaladas) na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo. Cada município e estado do país possui um órgão responsável por dados dessa natureza. Ali, poderemos levantar e quantificar os indicadores econômicos, políticos, geográficos, demográficos, sociais, incluindo os culturais, educacionais, entre outros. Assim poderemos mapear as regiões do entorno da biblioteca, descobrindo quais e quantos são os grupos sociais economicamente ativos, ou desempregados, o nível de escolaridade ou o grau de analfabetismo, se a população do entorno é jovem ou idosa, etc.

No caso de uma biblioteca empresarial, teremos que consultar o setor de recursos humanos para coletar e quantificar esses dados. Assim, poderemos levantar quantos funcionários trabalham na área Y e qual é sua formação, especialização, faixa etária, sexo, etc. Veja que não teremos que ir em campo para fazer a pesquisa em primeira mão com cada usuário, pois todos esses dados já foram coletados pelas agências e instituições e estão disponíveis gratuitamente. É preciso ter sempre em mente que o estudo ou análise da comunidade parte do usuário potencial. Isto é, aqueles para os quais a biblioteca foi planejada (Figura 11).

Figura 11 – O estudo da comunidade deve começar pela análise do usuário para o qual ela foi planejada



Fonte: Produção da própria autora a partir Flickr (2009),
Wikimedia Commons (2007).⁹

Outro ponto a ser destacado é que os estudos mais avançados poderão incluir, além das características da comunidade, as necessidades dos usuários. Nesse caso, sim, o bibliotecário terá que ir em campo e entrevistar usuários, o que exige formação técnica para lidar com pesquisa de opinião, amostragens, tabulação de dados, etc. Também exigirá recursos (materiais, humanos, financeiros) para apoiar a pesquisa. Trata-se de um empreendimento de alto nível, bastante complexo, mas desejável

⁹ Primeira imagem: **Biblioteca intinerante**. Autor: Adria de Souza/Prefeitura de Olinda. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/prefeituradeolinda/3918862115/>; Segunda imagem: **Biblioteca comum**. Autor: Omar Uran. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Biblioteca_Tom%C3%A1s_Carrasquilla_-_Medellin.jpg#/media/File:Biblioteca_Tom%C3%A1s_Carrasquilla_-_Medellin.jpg; Terceira imagem: **Biblioteca infantil**. Autor: Biblioteca Torrente Ballester. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sala_infantil_Biblioteca_Torrente_Ballester_03.JPG.

para obtermos o êxito esperado. Todo o nosso trabalho gira em torno do levantamento dos dados pertinentes para que possamos identificar as características da comunidade – num primeiro momento – e as necessidades dos usuários – num segundo momento –, que serão consideradas na elaboração de uma espécie de perfil da comunidade. São essas características e necessidades que orientarão a política de desenvolvimento de coleções as quais serão espelhadas pelo acervo.



Explicativo

O que é estudo de comunidade

De acordo com Cunha e Cavalcanti (2010, p. 159), estudo de comunidade é uma “pesquisa sobre as características de uma comunidade, a fim de coletar dados sobre as suas necessidades informacionais e possíveis produtos e serviços a serem ofertados por uma biblioteca ou rede de bibliotecas.” Os principais dados a serem coletados referem-se aos “aspectos econômicos, sociais e de outros aspectos interrelacionados de um grupo selecionado.” (FIGUEIREDO, 1994, p. 65). Em resumo, esse estudo deve responder à pergunta “para quem” estamos desenvolvendo coleções ou para quem a biblioteca deve servir?

1.4.4.3 Diagnóstico das coleções

Já vimos que na fase do planejamento precisaremos caracterizar tanto a instituição que mantém a biblioteca como a própria biblioteca, além da comunidade a ser servida. Faltou uma das cerejas do bolo: as características das coleções. Para isso, será necessário realizar o diagnóstico das coleções, o que exige métodos e técnicas próprias. Dificilmente uma biblioteca surge sem ter qualquer coleção. Sempre existe alguma coisa que marca o início da formação do acervo. Mas, se não existir, nos concentraremos nos passos descritos na seção “Estrutura para formação de coleções”.

Vamos partir do exemplo de uma biblioteca que já existe, mas que não possui uma política de desenvolvimento de coleções formalizada. Essa biblioteca é especializada na área jurídica e contém cerca de 10 mil itens. O nosso primeiro passo é fazer o diagnóstico das coleções. Mas como fazer isso? Vamos levantar o número de títulos e exemplares existentes nesse acervo por tipos de documentos, agrupando por categorias de assunto. De preferência, pelo número da classe usado nos Sistemas de Representação do Conhecimento – *Classificação Decimal de Dewey* (CDD) ou *Classificação Decimal Universal* (CDU); estes temas fazem parte do conteúdo programático da disciplina Instrumentos de Representação Temática do Conhecimento I. Podemos fazer uso do *software* do sistema da biblioteca e solicitar uma busca por número de chamada, caso não exista no sistema algo equivalente ao catálogo topográfico. Veja o exemplo simplificado na Tabela 1:

Catálogo topográfico

É um catálogo que possui as fichas organizadas de acordo com o número de chamada de cada item do acervo da biblioteca.

Ele indica a forma como os livros estão organizados nas estantes. Seu principal objetivo é permitir o controle do acervo, além de impedir a repetição dos números de chamadas e manter a uniformidade do sistema de classificação (CATIVO, 2011).



Tabela 1 – Diagnóstico das coleções de uma biblioteca hipotética com 10 mil exemplares

Classe CDD	Livros gerais		Obras de referência		Títulos de periódicos	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
000	20	34	50	64	-	-
100	200	200	30	60	5	200
200	7	7	5	5	-	-
300	5.000	5.344	490	600	20	2.954
400	50	70	25	30	-	-
500	20	20	-	-	-	-
600	100	112	128	190	-	-
700	-	-	-	-	-	-
800	-	-	-	-	-	-
900	100	100	3	10	-	-
Total	5497	5887	731	959	25	3154

Fonte: Produção da própria autora (2015).

Analisando os dados do levantamento a partir do primeiro sumário da CDD, podemos perceber nitidamente a concentração de itens na classe 300 e, em contrapartida, a ausência de itens nas classes 700 e 800. Essa configuração já evidencia que a biblioteca é especializada na área das Ciências Sociais e percebemos suas interfaces com a Filosofia e História em virtude de um número relativamente maior que em outras classes. No entanto, precisaremos de mais informações detalhadas sobre quais são os assuntos que de fato são prioritários de forma que possamos comparar se esses assuntos apresentam correspondência com as características da comunidade a ser servida, da instituição que mantém a biblioteca e da biblioteca. Para isso, precisaremos prosseguir na análise do renque das classes, fazendo uso do segundo sumário da CDD. Veja o exemplo da Tabela 2:

Tabela 2 – Exemplo do diagnóstico das coleções de obras de referência da classe 300

(continua)

Classe CDD	Obras de referência	
	Títulos	Exemplares
300	6	12
310	-	-
320	10	30

Tabela 2 – Exemplo do diagnóstico das coleções de obras de referência da classe 300
(conclusão)

Classe CDD	Obras de referência	
	Títulos	Exemplares
330	-	-
340	445	529
350	25	25
360	-	-
370	-	-
380	4	4
390	-	-

Fonte: Produção da própria autora (2015).



Explicativo

Renques são classes coordenadas, e cadeias são classes subordinadas umas às outras. Por exemplo: a classe 340 da Tabela 2 forma renque com 310, 320, 330, 350, 360, 370, 380 e 390. Do mesmo modo, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348 e 349 formam um renque dentro da classe 340.

Veja que as classes estão no mesmo nível, não há subordinação. Ao contrário da cadeia, que apresenta uma subordinação entre as classes. Observe o seguinte exemplo:

341
341.1
341.12
341.121

Fonte: PIEDADE, 1983.

Nesse renque, já percebemos claramente que o foco das coleções de obras de referência está na área jurídica, em função da grande concentração de ocorrências ali, tanto em relação ao número de títulos quanto de exemplares. Também percebemos as interfaces com as áreas de Administração Pública (350), Ciência Política (320), em níveis distintos, não muito expressivos e – com pouquíssimas ocorrências – com as áreas de Ciências Sociais (300) e Comércio (380). Essas disparidades de concentração de ocorrências entre essas áreas tanto podem demonstrar, por exemplo, a importância dessas áreas em relação aos demais tópicos ou um certo de-

sequilíbrio. Saberemos se é um ou outro ao cruzarmos essas informações com as características institucionais e da comunidade.

Esse procedimento deverá ser repetido por todas as classes e todos os tipos de coleções presentes na Tabela 2. Nesse exemplo da biblioteca hipotética, teremos ainda que analisar as demais classes: 000, 100, 200, 400, 500, 600 e 900 – tanto nas coleções de livros gerais quanto na de periódicos. Dessa maneira, poderemos verificar se o que ocorreu nas coleções de referência (ênfase em Administração Pública) também ocorre nas demais coleções. Identificar essas regularidades será muito importante para identificar quais serão os assuntos prioritários da política de desenvolvimento de coleções. Também conseguiremos identificar seus níveis de prioridades. Isto é, quais são os assuntos mais importantes e quais são correlatos ou secundários. Poderemos pensar também em termos de interfaces conforme foi visto no exemplo anterior ou em fronteiras gerais de assuntos das coleções, como sugere Figueiredo (1993). Por exemplo, temos que verificar o que interessa da Administração Pública para essa biblioteca e esse será o seu limite.

Ainda não acabou! Teremos que formar o renque das classes a partir do terceiro sumário, para ter um mapeamento exato das coleções, conforme o exemplo da Tabela 3:

Tabela 3 – Renque da classe 340

Classe CDD	Obras de referência	
	Títulos 445	Exemplares 529
340	4	10
341	1	4
342	32	32
343	254	268
344	4	7
345	3	12
346	52	72
347	80	94
348	5	15
349	10	15

Fonte: Produção da própria autora (2015).

A concentração de títulos e exemplares na área tributária (343) demonstra sua relevância em relação aos demais assuntos, concentrando 254 títulos. Direito Civil (347) e Direito Privado (346) aparecem em segundo e terceiro lugar, respectivamente, com 80 títulos e 52 títulos. Direito Constitucional (342) também tem sua expressividade com os

seus títulos, se comparada aos restantes que não têm mais que 10 títulos. Pronto! Já temos uma configuração mais detalhada sobre quais são os principais assuntos e suas prioridades. Veja o esquema da Figura 12, que ilustra a forma como poderemos trabalhar com o resultado do diagnóstico das coleções:

Figura 12 – Relacionando os dados com as prioridades dos assuntos



Fonte: Produção da própria autora (2015).

A Figura 12 demonstra uma possibilidade de propor a subordinação dos assuntos aplicáveis à biblioteca. Nesse exemplo hipotético, a biblioteca é especializada na área tributária. Vamos supor que a biblioteca seja de um escritório de advocacia. Conhecendo a missão e os objetivos do escritório, bem como a sua comunidade, poderemos ter certeza se os assuntos Direito Civil, Direito Privado e Direito Constitucional estão no mesmo nível de prioridade ou se há subordinação entre eles ou entre um ou mais assuntos em termos de prioridade. Mesmo com a diferença numérica dos títulos e exemplares desses assuntos, é possível que os assuntos estejam no mesmo nível. São áreas que dão suporte à área prioritária – Direito Tributário. Somente uma avaliação de coleções mais focada determinará se precisamos aumentar o número de títulos na área de Direito Constitucional para que fique na mesma média ou se deverá estar subordinado a outro assunto. Mas avaliação de coleções não é assunto para agora. Por ora, o que nos interessa aqui é mostrar como devemos fazer o diagnóstico das coleções e aplicar esses resultados para identificar os assuntos principais e correlatos. Não devemos esquecer que a prova dos nove é a correlação dos assuntos com as características institucionais e da comunidade a ser servida! Sem essa análise a prioridade dos assuntos ficará distante da realidade.

Há ainda outros dois elementos que poderão ser analisados no diagnóstico: o idioma dos itens e a “idade” das coleções, isto é, o ano de publicação. Em relação ao idioma, é preciso estar atento para as traduções e verificar como isso será computado: se a data do original ou da tradução. O ano de publicação também sofre a mesma interferência quando se trata de tradução ou novas edições. A quantificação do idioma e do ano de publicação podem ser efetuados do mesmo modo que a quantificação de títulos e exemplares. Veja o exemplo da Tabela 4:

Tabela 4 – Levantamento do idioma por número de exemplares

Classe CDD	Obras de referência		
	Português	Inglês	Francês
000	52	8	4
100	60	—	—
200	5	—	—
300	576	24	-
400	10	10	10
500	-	-	-
600	186	4	-
700	-	-	-
800	-	—	-
900	10	—	—

Fonte: Produção da própria autora (2015).

A situação hipotética da biblioteca jurídica demonstra, nesse primeiro nível de análise, a concentração de obras de referência em língua portuguesa. Isso não quer dizer que seja algo bom ou ruim. Será preciso correlacionar essas informações com as características institucionais e da comunidade a ser servida para verificar se estão alinhadas com a missão, objetivos, necessidades dos usuários, etc. Aqui também será necessário descer a cadeia das classes para obtermos um panorama fiel de todo os idiomas cobertos pelas coleções. Nesse caso, teremos muito mais colunas que o nosso exemplo da Tabela 4.

Do mesmo modo que foi realizado para o idioma, o ano de publicação deverá ser verificado. Poderemos pensar em agrupamentos de décadas ou de cinco em cinco anos ou ainda de dois em dois anos, ou anualmente. Vai depender da área, do objetivo do levantamento e do volume de itens do acervo. Veja o exemplo hipotético de uma biblioteca jurídica na Tabela 5:

Tabela 5 – Levantamento da data de publicação por ano em número de exemplares

(continua)

Classe CDD	Obras de referência		
	2015	2014	2013
000	0	3	0
100	0	0	1
200	0	0	0

Tabela 5 – Levantamento da data de publicação por ano em número de exemplares

(conclusão)

Classe CDD	Obras de referência		
	2015	2014	2013
300	5	2	4
400	0	1	1
500	-	-	-
600	0	0	0
700	-	-	-
800	-	—	-
900	0	0	0

Fonte: Produção da própria autora (2015).

OCLC

A sigla vem do inglês *Online Computer Library Center*. Trata-se de uma cooperativa mundial de bibliotecas que fornece às bibliotecas serviços compartilhados de tecnologia, pesquisa e programas para a comunidade, seja para os seus membros, seja para usuários de bibliotecas em geral. A OCLC tem sua origem na *Ohio College Library Center*, onde surgiu o maior catálogo coletivo do mundo, conhecido também pela sigla OCLC e atualmente denominado de WorldCat (ABOUT OCLC, c2017. CUNHA; CAVALCANTE, 2008, p. 267).

MARC

A sigla vem do inglês *Machine Readable Cataloging*, que significa catalogação legível por computador. Para o computador processar os dados catalogados, é necessário colocá-los em forma legível pela máquina e o MARC funciona como um formato padrão para o intercâmbio de registros bibliográficos e catalográficos, servindo de base para a definição de formatos de entrada entre as instituições que o utilizam. Os projetos pioneiros MARC (1965-1966) e o MARC II (1968) foram a base para o desenvolvimento de formatos bibliográficos em vários países – inclusive no Brasil, com o formato CALCO – até culminar no formato atual denominado de MARC 21, que é de uso internacional. Sua complexidade também pode ser verificada nos desdobramentos da família MARC, tais como:

[...] bibliográfico (completo, conciso e LITE [...]), MARC XML, de autoridades, de coleções (acervos), de classificação e de informação comunitária, além das tabelas de codificação já existentes. (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 87).

Detalhes sobre a aplicação do formato MARC podem ser encontrados em: <http://www.loc.gov/marc/>.

Fonte: FORMATO MARC, 2017.



Considerando que estamos usando o mesmo exemplo desde o início dessa seção, se somarmos o número de exemplares da coleção de referência, obteremos o número total de 959 itens. Podemos verificar que nos três últimos anos foram adquiridos 17 novos exemplares para a referida coleção. Normalmente, a coleção de referência exige mais investimentos e, dependendo da área, pode levar alguns anos antes de se tornar obsoleta. Novamente teremos que levar em conta as características institucionais e da comunidade a ser servida para dimensionar a “melhor idade” do acervo. Também teremos que descer a cadeia das classes para obtermos um retrato fiel da idade das coleções. O levantamento anual desde o primeiro item ao último adquirido pela biblioteca seria o ideal. Em bibliotecas antigas e de grande porte, será importante agrupar por décadas, por exemplo.

No Brasil, não existe ainda um *software* que possa levantar esses dados automaticamente dentro desses parâmetros. Os *softwares* de bibliotecas em geral permitem a emissão de relatórios específicos relativos à quantidade de itens em determinadas classes de um sistema de classificação, por ano de publicação e idioma. Mas certamente teremos ainda que tabular os dados obtidos e manipular vários dados para finalmente ter os resultados de que precisamos. Existe um serviço da *Online Computer Library Center (OCLC)*, denominado *WorldCat Collection Analysis Service*. Ele é dedicado às análises das coleções realizada de forma automática por meio dos registros do *Machine Readable Cataloging (MARC)*, o que facilita muito o trabalho. No entanto, é necessário pagar pelo serviço.

Por meio da concentração identificada no diagnóstico, teremos condições de visualizar como as coleções estão estruturadas e até propor ajustes nestas para atender

às necessidades da comunidade e da instituição. O resultado do diagnóstico nos dará tanto o mapeamento das concentrações de assuntos, idioma e data de publicação das coleções – mapa que atualizaremos sempre a partir de agora – quanto às suas prioridades, especialmente dos assuntos.

1.4.4.4 Estrutura para formação de coleções

Vamos retomar aquela analogia do jardim florido para explicar mais um tópico em desenvolvimento de coleções. Todo jardim tem um desenho que sustenta a sua forma, não é verdade? Os jardins simétricos do *Palácio de Versalhes* (Figura 13), por exemplo, são uma obra-prima projetada por *André Le Nôtre*, o mestre do paisagismo barroco francês. Do mesmo modo, após o mapeamento do “terreno”, com o diagnóstico das coleções, teremos que propor uma estrutura para as coleções e lhes dar uma forma. Não fosse isso, as coleções poderiam aumentar ou diminuir em número de itens de forma desproporcional, afetando o plano de ter um jardim florido o ano inteiro.

Figura 13 – As formas simétricas dos jardins do *Palácio de Versalhes* só foram possíveis a partir do mapeamento do terreno. Do mesmo modo, o mapeamento das coleções é necessário para propor a estrutura que lhes dará forma



Fonte: Flickr (2008).¹⁰

Há diversos modelos presentes na literatura especializada que podem nos auxiliar para delinear a estrutura para a formação de coleções – a base necessária para fazer o nosso jardim.

Aqui vamos destacar três modelos existentes na literatura nacional e estrangeira:

- as dimensões propostas por Miranda (1980);
- os níveis de coleções da *American Library Association* (ALA) (FIGUEIREDO, 1993);
- o modelo *Conspectus* da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA, 2001).

Veremos mais adiante que esses três modelos se complementam.

¹⁰ Autor: Ivo Jansch. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/ijansch/3094079868>.

1.4.4.4.1 As dimensões propostas por Miranda (1980)

Miranda (1980) propôs cinco dimensões, dentre as quais destacamos quatro que oferecem a estrutura necessária para formar as coleções de modo bastante simples e fácil – coleção de referência, coleção de lastro ou básica, coleção didática e literatura corrente:

- a) coleção de referência: de acordo com Miranda (1980), a coleção de referência abrange tanto as obras de referência – tais como dicionários, enciclopédias, etc. – quanto os serviços e produtos oferecidos pela biblioteca – tais como bases de dados, disseminação seletiva da informação, etc. De acordo com o autor, a coleção de referência deve possibilitar “ao leitor o seu treinamento na pesquisa bibliográfica”, de forma a promover “uma mudança qualitativa na sua formação profissional, na sua habilidade de obtenção de informações.” (MIRANDA, 1980, p. 68). Nessa dimensão é preciso ter em mente que cada assunto coberto pela biblioteca deverá ter um percentual proporcional de obras de referência. Esse percentual poderá ser levantado no diagnóstico e deverá ser acompanhado sistematicamente para verificar se responde às necessidades de informação da comunidade a ser servida. Para exemplificar de que maneira poderemos obter o percentual, observe na Tabela 6 o número de títulos de livros gerais (5.000) e de obras de referência (490) na classe 300 (se preferir, veja a Tabela 1):

Tabela 6 – Verificando o percentual da coleção de referência

CDD	Livros gerais		Obras de referência	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
300	5.000	5.344	490	600

Fonte: Produção da própria autora (2015).

Nesse exemplo as obras de referência representam quase 10% da coleção total dos livros gerais. É dessa maneira que vamos acompanhar a proporcionalidade das coleções e verificar sistematicamente a evolução desses números até chegarmos à proporção ideal. Também é possível monitorar essa proporção em relação a todas as coleções da biblioteca;

- b) coleção de “lastro” ou básica: trata-se de uma coleção fundamental para propiciar as atividades de pesquisa e deve responder à pergunta: “Quais são os títulos definitivos e indispensáveis” daquela área? (MIRANDA, 1980, p. 69). Desenvolver esse tipo de coleção requer o apoio de um especialista, que saberá identificar os clássicos de uma área do conhecimento. Por exemplo, as obras representativas de *Durkheim*, *Marx* e *Weber* deverão compor essa dimensão numa biblioteca universitária da área de Sociologia. Assim como a revista *Knowledge Organization*, da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), é representativa da área de Organização do Conhecimento. Outros também nessa mesma linha deverão ser selecionados, verificando certamente as características institucionais e incluindo o tipo de biblioteca, bem como da comunidade a ser servida, que determinará inclusive os tipos de coleções aplicáveis – tais como livros, periódicos, etc.;

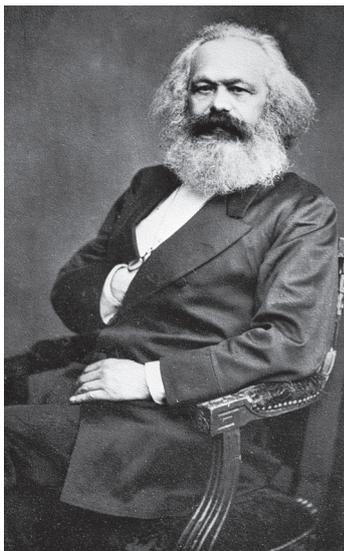


Curiosidade

Os clássicos da Sociologia

A Sociologia – termo criado por *Augusto Comte* (1798-1857) – tem entre seus principais pensadores *Marx* (Figura 14), *Durkheim* (Figura 15) e *Weber* (Figura 16).

Figura 14 – Karl Marx



Karl Marx (1818-1883) foi um intelectual e revolucionário alemão, fundador da doutrina comunista moderna, que atuou como economista, filósofo, historiador, teórico político e jornalista. Seu pensamento concebe a sociedade dividida em duas classes: a dos capitalistas, que detém a posse dos meios de produção, e o proletariado (ou operariado), cuja única posse é sua força de trabalho, a qual vendem ao capital. Para ele, os interesses entre o capital e o trabalho são irreconciliáveis.

Fonte: *Wikipédia* (1893).¹¹

Figura 15 – Émile Durkheim



Já *Émile Durkheim* (1858-1917) foi o fundador da escola francesa de Sociologia, que combinava pesquisa empírica com a teoria sociológica. Ele via a sociedade como um organismo que funcionava como um corpo, onde cada órgão tem uma função e depende dos outros para sobreviver. Assim, o que importa é o indivíduo se sentir parte do todo, pois, caso contrário, ocorrerão anomalias sociais que deteriorarão o tecido social.

Fonte: *Wikimedia Commons* (2011).¹²

¹¹ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Karl_Marx#/media/Ficheiro:Karl_Marx_001.jpg.

¹² Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Emile_Durkheim.jpg?uselang=pt-br.

Figura 16 – Max Weber



Por fim, temos *Max Weber* (1864-1920), um intelectual alemão, jurista e economista. É o pensador mais recente dentre os três. Diferente dos outros, ele entende que a sociedade não funciona de forma tão simples, não sendo harmoniosa como pensa *Durkheim*, mas também não propõe uma revolução como faz *Marx*. Ele afirma que o papel da Sociologia é observar e analisar os fenômenos que ocorrem na sociedade, buscando extrair desses fenômenos os ensinamentos e sistematizá-los para uma melhor compreensão. É por isso que sua Sociologia recebe o nome de compreensiva.

Fonte: *New World Encyclopedia* (1894).¹³

- c) coleção didática: esta dimensão compreende os livros e outros tipos de coleções que fazem parte de leituras obrigatórias de cursos universitários ou de ensino fundamental ou médio. De acordo com Miranda (1980, p. 70), trata-se de literatura “niveladora e massificadora de conhecimentos, necessária para transmitir ao aluno os ensinamentos iniciais”. Desse modo, as listas de itens recomendados pelo *Ministério da Educação* (MEC) devem ser uma fonte de informação importante para esta dimensão, bem como a bibliografia dos programas de ensino dos respectivos cursos;
- d) literatura corrente: nesta dimensão, incluem-se os diversos tipos de coleções – livros, periódicos, etc. – que atualizam a coleção de lastro, e, por isso, também é dedicada à pesquisa. A diferença é que nesta dimensão é necessário avaliar o potencial de cada item para se tornar um clássico no futuro, em função de sua relevância. Mais uma vez, o apoio dos especialistas será necessário. Imagina identificar na literatura brasileira os autores que se tornarão daqui a um tempo um grande clássico, tal como *Carlos Drummond de Andrade*, *Guimarães Rosa*, *Vinícius de Moraes* e tantos outros? É uma tarefa de grande responsabilidade. É desse modo que a pesquisa está estruturada no acervo: a visão clássica (coleção de lastro) e a atual (literatura corrente).

Nesse modelo, teremos sempre as quatro dimensões presentes em todas as classes do sistema de representação do conhecimento. Por exemplo, na classe 100, teremos um grupo de itens que expressará a coleção de referência, bem como outros grupos que expressarão a coleção de lastro ou básica, a coleção didática e a literatura corrente. Como já temos o mapeamento das coleções, ficará mais fácil identificar qual item pertence a qual dimensão.

Essas quatro dimensões deverão ser correlacionadas com cada item para que funcionem na prática – tanto dos itens que já existem no acervo quanto aqueles que serão selecionados. Se o *software* dos dados bibliográficos permitir, valeria a pena incluir esse dado sobre a categoria da dimensão de

¹³ Disponível em: https://www.newworldencyclopedia.org/d/images/1/16/Max_Weber_1894.jpg.

cada item, facilitando a identificação de qual item está em qual categoria. Também é possível criar uma estrutura mais complexa, tal como vimos no exemplo das obras de referência, identificando o percentual ideal de itens por assunto em cada dimensão. Veja o exemplo da Tabela 7:

Tabela 7 – Percentual da coleção de lastro em relação aos livros gerais

CDD	Livros gerais
	Média de exemplares
000	0,10%
100	2,00%
200	0,10%
300	30,00%
400	0,10%
500	0,10%
600	1,00%
700	-
800	-
900	1,00%

Fonte: Produção da própria autora (2015).

Esse mapeamento pode ser realizado a partir do próprio acervo, quantificando o total de itens por classe. Para identificar o percentual em relação ao tipo de coleção (livros, periódicos, etc.) ou ao total de acervo, basta fazer uma conta simples de regra de três. Exemplo: se o total de exemplares de livros gerais da biblioteca soma 5.887 e identificamos seis exemplares da coleção de lastro na classe 000, então faremos a conta $(6 \times 100) / 5.887 = 0,10\%$. Após essa categorização, é possível verificar se esse percentual apresenta correspondência com as características institucionais (missão, objetivos, tipo de biblioteca, etc.) e da comunidade a ser servida, conforme já sabemos. Somente o acompanhamento sistemático desses dados ao longo dos anos nos dirá se estamos ou não no caminho certo. Parece ser bastante complexo no início, mas podemos fazer uso de programas próprios para isso, tal como aquele oferecido pela OCLC, mencionado anteriormente. De acordo com a necessidade do gestor, também é possível fazer o mesmo cálculo para verificar a proporção por títulos.

1.4.4.4.2 Níveis de Coleção da ALA

Figueiredo (1993) apresenta em português os cinco níveis de coleção da ALA, os quais têm muitas semelhanças com as dimensões de Miranda (1980):

- nível de completeza;
- nível de pesquisa;
- nível de estudo;
- nível básico;
- nível mínimo.

ALA

É a sigla, em inglês, para *American Library Association*. Essa associação, de caráter profissional, tem como missão proporcionar o desenvolvimento, promoção e melhoria da biblioteca e dos serviços de informação e da profissão de bibliotecário, a fim de melhorar a aprendizagem e garantir o acesso à informação para todos. É composta por 11 associações internas, com responsabilidade de proporcionar educação continuada, prêmios, bolsas de estudo, eventos científicos e estimular redes de colaboração e partilha (AMERICAN, c2017).



Esses níveis deverão ser correlacionados com os assuntos principais e correlatos que já foram mapeados no diagnóstico das coleções. Reveja a Figura 12 para que você consiga dimensionar essa interligação entre os tópicos:

- a) nível de completeza: de acordo com Figueiredo (1993, p. 30), esse nível deve [...]

[...] incluir todos os trabalhos significativos de conhecimento registrado (publicações, manuscritos, e outros formatos) em todas as línguas aplicáveis, para um campo necessariamente definido e limitado.

Isso significa que teremos que saber quais são os assuntos que precisam dessa exaustividade, bem como os tipos de coleções;

- b) nível de pesquisa: de acordo com Figueiredo (1993, p. 30), inclui “as melhores fontes de materiais requeridos para realizar pesquisas”. Dependendo da área, poderão incluir obras que contenham descobertas científicas ou avanços na área, tais como periódicos, relatórios de pesquisa, anais de eventos, teses e dissertações, etc. Isso quer dizer que tanto o acervo quanto as novas seleções deverão primar pela promoção da pesquisa em sua comunidade, com materiais de alta relevância para os assuntos cobertos;
- c) nível de estudo: trata-se de “uma coleção adequada para apoiar trabalho de curso de graduação, pós-graduação, ou estudo individual.” (FIGUEIREDO, 1993, p. 30). Podemos incluir também cursos do ensino básico. É correspondente à dimensão coleção didática, identificada por Miranda (1980) e, nesse sentido, poderá incluir também as leituras obrigatórias desses cursos;
- d) nível básico: “é uma coleção altamente seletiva que serve para introduzir e definir o assunto e indicar as variedades de informações disponíveis em outro lugar.” (FIGUEIREDO, 1993, p. 30). Isso significa que os assuntos agrupados no nível básico não serão aqueles principais. Retomando nosso exemplo da biblioteca jurídica, poderemos ter livros introdutórios sobre estatística em função de alguma particularidade da gestão do escritório, embora esse assunto não tenha a relevância do assunto direito tributário;
- e) nível mínimo: é uma área de assunto que não é coberta pela biblioteca. Por exemplo, direito criminal não é coberto pela biblioteca jurídica de nosso exemplo. Mas é possível ter poucas seleções, especialmente aquelas relativas a instrumentos de referência, para que seja possível localizar a informação em outro local. Não confunda o nível mínimo com o nível básico. O nível básico possui assuntos aplicáveis para as coleções, que devem ser desenvolvidos também. Porém esses assuntos não possuem a relevância dos assuntos principais.

Para que os níveis de coleção funcionem na prática será necessário correlacioná-los com os assuntos principais e correlatos, conforme vimos na seção “Diagnóstico das coleções”. Veja o exemplo no Quadro 1, para o caso dos assuntos mais gerais:

Quadro 1 – Níveis de coleção da ALA e sua correspondência com assuntos gerais

CDD	Obras de referência
	Títulos e/ou exemplares (uma coluna para cada um)
340	Básico
341	Mínimo
342	Estudo e pesquisa
343	Completeza, estudo e pesquisa
344	Mínimo
345	Mínimo
346	Estudo e pesquisa
347	Estudo e pesquisa
348	Básico
349	Básico

Fonte: Produção da própria autora (2015).

Veja no Quadro 2 outro exemplo bastante útil para aplicação dos níveis de coleção usando os dados do diagnóstico das coleções:

Quadro 2 – Níveis de coleção da ALA e sua correspondência com assuntos detalhados

Áreas prioritárias	Classificação	Nível de coleção	Tipo de coleção
Desenvolvimento de coleções	025.2	Completeza	Periódicos, livros, teses e dissertações, entre outras monografias.
Aquisição por compra	025.23	Estudo	Livros, entre outras monografias

Fonte: Adaptado de Weitzel (2012, p. 84).

Da mesma forma que vimos nas quatro dimensões de Miranda (1980), poderemos incluir a informação do nível de coleção no registro bibliográfico do sistema da biblioteca ou do sistema da OCLC. Isso facilitará a categorização do acervo, sobretudo para determinar o percentual ideal para cada tipo de coleção em sua relação com o nível de coleção e assuntos.

1.4.4.4.3 Modelo *Conspectus*

Tanto as quatro dimensões de Miranda (1980) quanto os níveis de coleção da ALA são, na verdade, versões simplificadas do modelo *Conspectus*. Podemos usar esse modelo tanto para avaliar coleções quanto para elaborar a estrutura para a formação de coleções, o foco de nosso tema. A IFLA (2001), também usa o modelo *Conspectus* para orientar a redação de uma política de desenvolvimento de coleções.

Conspectus

De acordo com Caribé (2014, p. 44-45):

O termo *conspectus*, em inglês, significa um levantamento geral por assunto, uma sinopse, uma revisão, um resumo, um levantamento (*survey*) ou fazer uma revisão geral. O termo, no entanto, é oriundo do latim, especificamente o particípio passado de *conspicere* (*conspic+ere*), que significa observar, perceber, avisar. Quaisquer dessas acepções podem ser aplicadas às atividades a serem realizadas com a ajuda dessa ferramenta [...] significa uma visão geral ou um resumo da profundidade da coleção e sua organização por assunto de acordo com um sistema de classificação ou pela combinação de ambos.



De acordo com Caribé (2014), o modelo *Conspectus* está automatizado, viabilizando a coleta de dados sobre as coleções de forma mais rápida e orientando o processo de tomada de decisão. O programa *Automated Collection Assessment and Analysis Service* (ACAS) usa os registros MARC para coletar os dados das coleções. A OCLC também oferece um serviço de análise de coleções denominado OCLC *Conspectus*, disponível no *WorldCat Collection Analysis Service*. É preciso contratar os serviços e produtos nos Estados Unidos da América (EUA).

Cunha e Cavalcanti (2008) explicam que o modelo *Conspectus* é um método de avaliação de acervos bibliotecários, desenvolvido em 1980 pelo *Research Libraries Group* (RLG). Mas alia outros elementos que foram surgindo a partir de outras propostas, como as da ALA, da RLG e da *Western Library Network* (WLN), para congregar um só método.

De acordo com as diretrizes da IFLA (2001, p. 3):

IFLA

É a sigla, em inglês, para *International Federation of Library Associations and Institutions*. Esta federação é o principal organismo internacional que representa os interesses das bibliotecas e serviços de informação e seus usuários, funcionando como a voz global das bibliotecas e dos profissionais da informação (ABOUT IFLA, 2017).

Conspectus quer dizer uma visão geral ou um resumo da profundidade da coleção e da organização das coleções por assunto, por sistema de classificação ou pela combinação de ambos; o *Conspectus* também inclui os códigos padronizados para os níveis de coleções e os idiomas dos materiais adquiridos.

Veja que a análise das coleções está centrada em dois elementos. O primeiro elemento é o nível de coleção no qual se estabelecem níveis distintos de zero a cinco – não por acaso semelhantes aos níveis de coleção da ALA – conforme podemos ver no Quadro 3:

Quadro 3 – Níveis de coleção no modelo *Conspectus*

0	fora do escopo
1	nível mínimo
2	nível básico
3	nível de estudo ou formação
4	nível de pesquisa
5	nível completudeza

Fonte: Adaptado da IFLA (2001).

O segundo elemento é a língua dos documentos, na qual são utilizados os códigos propostos pela RLG e pela WLN, conforme Quadros 4 e 5:

Quadro 4 – Códigos da língua (RLG)

E	Predominam os materiais em língua inglesa. Poucos ou nenhum material em outras línguas.
F	Além do inglês, existe uma seleção de materiais em outras línguas.
W	Amplia a seleção de materiais em todas as línguas aplicáveis.
Y	Os materiais são, principalmente, em uma língua estrangeira. Há um esforço por selecionar materiais em língua vernácula dessa área.

Fonte: Adaptado da IFLA (2001).

Quadro 5 – Códigos da língua (WLN)

P	Predomina a língua principal do país, Poucos ou nenhum material em outras línguas.
S	Além da língua predominante, existe uma seleção de materiais em outras línguas.
W	Há uma ampla seleção de materiais em todas as línguas aplicáveis.
X	Os materiais são, principalmente, em uma língua estrangeira, que não é a língua predominante na biblioteca e no país.

Fonte: Adaptado da IFLA (2001).

Os códigos da língua foram pensados para países de língua inglesa. Então, para o nosso país, será necessário adaptar, observando a compatibilidade dessa adaptação com o uso de *software* ou serviço provenientes dos EUA que automatizam o processo, permitindo resultados mais rápidos. Por essa razão, os códigos da língua da WLN são mais vantajosos para serem adotados no Brasil, pois não estão delimitados previamente para a língua inglesa.

O sistema de classificação proposto no modelo é o da *Library of Congress* (LC), baseado nas 24 divisões mas foram previstas adaptações para a CDD. Já para a CDU, pode apresentar alguma dificuldade em função de sua estrutura e exigirá mais planejamento para obter os resultados esperados em relação ao diagnóstico e identificação dos assuntos principais e correlatos.

Para adotar o modelo *Conspectus* como um instrumento para mapeamento, podemos fazer exatamente como Miranda (1980) sugeriu. A diferença é que no *Conspectus*, a data de publicação não é considerada. Após o mapeamento das coleções, poderemos elaborar uma proposta de estrutura de todos os assuntos aplicáveis, sejam assuntos principais ou correlatos, tendo por base no modelo *Conspectus* conforme Quadro 6:

Quadro 6 – Exemplo de codificação das coleções em uma biblioteca jurídica

Classe	Codificação
342	3E e 4W (nível de estudo ou formação com predomínio da língua inglesa e nível de pesquisa em todas as línguas aplicáveis).
343	5E (nível de completeza com predomínio da língua inglesa).

Fonte: Produção da própria autora (2015).

Para facilitar o trabalho, poderemos incluir uma coluna após a coluna da classe com o assunto correspondente. Assim poderemos dispensar a consulta da tabela de classificação. Ao codificar todos os assuntos aplicáveis você perceberá que, em muitos casos, os assuntos principais terão um detalhamento maior na notação, tal como, por exemplo, 343.0552 – enquanto que os assuntos correlatos terão notações mais gerais, tal como 345.

A quantidade de itens em cada classe vai dimensionar a proporcionalidade em relação ao total. Para ter maior aproveitamento dessa estrutura, será importante incluir o percentual ou o número de títulos/exemplares para orientar o desenvolvimento de coleções, conforme vimos nas subseções anteriores com as dimensões de Miranda (1980) e níveis de coleção da ALA.

Para concluir, é preciso chamar a atenção para a importância da estrutura para a formação de coleções. Se não adotarmos nenhum desses modelos corremos o risco de ter uma espécie de “deformação” no acervo. Isto é, o nosso jardim terá partes com excesso de flores, enquanto outras ficarão sem nenhuma. Essa estrutura vai orientar também a poda, para mantermos o “desenho” proposto do nosso jardim.

1.5 A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Podemos compreender desenvolvimento de coleções como um processo ou como uma política. Já vimos na seção “O que é desenvolvimento de coleções?” que todo e qualquer processo envolve a execução de algo ou de uma ou mais ações. No caso, o processo de desenvolvimento de coleções é formado por seus subprocessos, conforme vimos, a saber: estudo ou análise da comunidade, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação. A política se refere às diretrizes que orientarão a execução de todo o processo e cada subprocesso ou etapa. Trata-se de um plano formalizado que, em certa medida, deve traduzir para as coleções o que foi definido no planejamento estratégico da instituição, conforme vimos na seção “Planejamento: o ponto de partida”.

Assim, o processo de desenvolvimento de coleções requer a elaboração de um plano para viabilizar a correção das fraquezas das coleções e a manutenção das fortalezas, conforme recomenda Evans (2000). O plano é a política de desenvolvimento de coleções, por meio da qual se estabelecem por escrito as diretrizes para orientar a equipe da biblioteca no processo decisório e manter a coerência e a qualidade. Mas o que devemos incluir nesse plano? Ou melhor, nessa política?

Não há uma receita para elaborar uma política de desenvolvimento de coleções, pois, conforme vimos, nenhuma biblioteca é igual a outra. No entanto, do ponto de vista técnico, existem elementos próprios de uma política que devem ser incorporados no plano para que as coleções e, por extensão, a biblioteca, cumpram seus objetivos.



Curiosidade

Os divergentes

Snow (1996) acha um desperdício a formalização de uma política de desenvolvimento de coleções. Muitos como ele acreditam que se gasta tanto tempo para elaborar uma política que daria para fazer outras coisas mais importantes. Será? Ou ainda, que é necessário coletar um volume muito grande de dados de vários tipos.

Bem, isso tem um fundo de verdade! Quando a política está finalmente pronta, a situação mudou tanto que a política está sumariamente desatualizada!!!

Bem, Evans (2000) faz a defesa da política: ela não resolverá todos os problemas, mas, oferecerá uma estrutura comum que orientará decisões por diferentes pessoas. Sem a política, as diferentes visões que emergem sobre o que a biblioteca realmente é podem causar confusões, assim como as divergências de opiniões. Com a política, as diferentes opiniões que emergem podem enriquecer o trabalho, pois todos refletem a partir de um documento comum. Atualizar a política anualmente consome menos tempo. Espero que Evans tenha te convencido! Para ilustrar, veja a política da *Wellesley College* (Figura 17) no endereço a seguir, considerada pelo autor uma das melhores: <http://www.wellesley.edu/its/collections/collectiondevelopment/cdpolicies/cdgeos>.

Figura 17 – Wellesley College, Tower Court



Fonte: *Wikipédia* (2006)¹⁴

Autores como Evans (2000) e Figueiredo (1993) apresentaram seus próprios modelos, que são úteis para percebermos que existe um certo protocolo a ser seguido. Mas existem outros modelos que também são referências internacionais, tais como o guia da ALA (1996) e o da IFLA (2001). Para termos uma ideia geral de como são esses modelos, vamos apresentar um modelo que traz um pouco do que foi definido por Figueiredo (1993) e Evans (2000):

- a) elemento número 1 – introdução ou panorama: todo aquele levantamento de dados necessário para o planejamento será útil agora para elaborar este primeiro elemento da política. Certamente que a redação deverá ser bastante concisa, mas sem deixar de informar o essencial. Em outras palavras, aqueles dados brutos deverão ser lapidados para que seja possível apresentar um panorama das coleções e suas relações com a comunidade e com a instituição.

¹⁴ Autor: *Jared and Corin*. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Wellesley_College#/media/File:Wellesley_College_Tower_Court.jpg.

Vamos subdividir este elemento em tópicos para facilitar:

- descrever objetivos gerais da instituição, incluindo a missão, conforme visto na subseção “Planejamento: o ponto de partida”. De um modo geral, neste tópico teremos que elaborar as características da instituição e também da biblioteca. Poderemos consultar documentos da própria instituição, tais como o planejamento estratégico, o site ou brochuras sobre a instituição, relatórios anuais, etc. Com esses dados, será possível destacar sua missão, objetivos, etc., tanto da instituição quanto da biblioteca, conforme vimos anteriormente;
- descrever a comunidade a ser servida: descrever o perfil da comunidade a ser servida do ponto de vista de suas características, incluindo sua quantificação e, se possível, suas principais necessidades de informação, conforme foram vistas na subseção “Estudo ou análise da comunidade: por onde tudo começa”;
- descrever a linha do acervo ou o seu escopo: em outras palavras, poderemos traduzir a especialidade do acervo em assuntos. Por exemplo: a linha do acervo da biblioteca Z: área de Ciências Sociais com foco na Antropologia Social. Figueiredo (1998, p. 75) nos apresenta um exemplo mais completo:
 - as coleções da empresa X consistem de monografias, periódicos, relatórios técnicos e catálogos comerciais nos assuntos a, b, c e d, com particular ênfase em material moderno em língua inglesa e em português. Assuntos correlatos, como m e n, também estão representados. Material de referência proverá outros itens e o serviço interbibliotecário alargará as possibilidades de consulta.
 - assunto a: pesquisa com ênfase nos aspectos w e z.
 - assunto b: nível de completeza, dos últimos cinco anos.
 - assunto c: nível de trabalho do setor y.
 - assunto d: nível de completeza, dos últimos 10 anos.
 - assunto m: ocasionalmente nos aspectos f, g, h e j.
 - assunto n: ocasionalmente sob a forma de manuais, textos básicos e periódicos básicos (alguns).
- descrever os parâmetros gerais das coleções – o que pode incluir as fronteiras gerais de assuntos da coleção – isto é a delimitação dos assuntos aplicáveis – bem como prioridades gerais e limitações orientadas da seleção as quais envolvem também os seguintes aspectos:
 - grau de suporte continuado para coleções fortes: como já fizemos o diagnóstico das coleções e adotamos uma das estruturas para formação de coleções (dimensões de Miranda (1980), níveis de coleção da ALA ou *Conspectus*), então teremos condições de determinar quais são os assuntos principais que deverão ser priorizados no processo de desenvolvimento de coleções. Isto é, devemos estabelecer as diretrizes para manter as coleções nesses assuntos sempre atualizados e suficientemente cobertos. Se foi adotado o método *Conspectus*, teremos a sua codificação para nos orientar. As dimensões de Miranda (1980) ou os níveis de coleção da ALA

também poderão orientar esse trabalho, desde que tenham os percentuais como parâmetro;

- formas de materiais que deverão ser colecionados ou excluídos: este item se refere aos tipos de coleções aplicáveis: livros e/ou e-books, periódicos impressos e/ou eletrônicos, manuscritos em pergaminho, impressos, digitalizados, etc.;
- língua e área geográfica que deverão ser colecionados ou excluídos (especialmente se não foi adotado o modelo *Conspectus* para os casos de língua). Haverá casos em que além da língua a área geográfica também será um aspecto de grande importância. Muitas vezes a predominância de um idioma no acervo é determinada por um país que está liderando pesquisas em determinadas áreas. Esses aspectos precisam ser mapeados para que seja possível elaborar uma política mais realista e objetiva;
- períodos cronológicos: muitas vezes acreditamos que os períodos cronológicos são importantes apenas para áreas como História e Filosofia. Na verdade todas as áreas do conhecimento podem ser categorizadas em períodos cronológicos. Desde a Geologia à Literatura. Logo, estabelecer quais são os períodos cronológicos aplicáveis contribuirá para objetivar ainda mais o processo de desenvolvimento de coleções;
- outras exclusões: é preciso definir o que não será colecionado de forma a tomar ações preventivas, evitando retrabalho. Por exemplo, elaborar uma lista de periódicos que, apesar de ser, da área de interesse, não expressam a missão institucional ou as necessidades da comunidade. Ou mesmo tipos de coleções que não expressam os interesses coletivos.
- duplicações: prever diretrizes gerais ou indicar quais casos serão duplicados será importante para racionalizar recursos financeiros ao mesmo tempo em que a biblioteca atende a demandas específicas. Cada vez mais, a duplicação está restrita às coleções impressas, exigindo planejamento e acompanhamento do uso das coleções a fim de avaliar a necessidade de duplicação. Certamente que o tipo de biblioteca e uso exigido do item influenciarão sobremaneira;
- tipos de programas ou necessidades dos usuários: também poderemos considerar aspectos relativos aos serviços, programas ou necessidades dos usuários aos quais as coleções devem responder. Por exemplo, “A hora do conto” faz parte da programação cultural de uma biblioteca pública infantil. De um modo geral será necessário definir se as coleções deverão ou não (e em que nível) subsidiar programas educacionais, culturais, mudanças sociais, etnia, herança de valores culturais, etc. Evans (2000) sugere que essa delimitação das coleções seja realizada com o auxílio de perguntas conforme o exemplo: Até que ponto uma biblioteca pública terá suas coleções orientadas para fins educacionais? Se sim, qual seria o limite? Os materiais educacionais atenderão aos programas formais de educação para crianças, jovens e adultos? A biblioteca atenderá às necessidades recreacionais? Se sim, em qual nível? A biblioteca vai desenvolver coleções para um grupo étnico? Veja que essas questões também

nos auxiliam a focar a linha do acervo que poderá abranger uma área determinada mas estar orientada para um ou outro aspecto. No final das contas, poderemos resumir toda essa reflexão em uma frase bastante curta, seguindo o exemplo do próprio Evans (2000): os materiais educacionais auxiliarão adultos e crianças em vários programas educacionais formais e informais;

- acordos cooperativos de coleções em nível local, regional, nacional e internacional: quando a biblioteca conta com o apoio de redes e consórcios, é possível compartilhar atribuições de seleção de determinados assuntos entre as bibliotecas cooperantes. Desse modo, é importante descrever na política os deveres e compromissos da biblioteca em relação a esses aspectos, especialmente em relação aos assuntos sob sua responsabilidade.

b) elemento número 2 – detalhamento dos assuntos e formatos colecionados: neste item será descrito em linhas gerais o resultado do mapeamento realizado na fase de planejamento. A estrutura para a formação de coleções adotada também deverá ser explicitada aqui com suas especificidades em relação aos tipos de coleções e suas relações com a língua, os níveis de coleção, a data de publicação e a quantificação de títulos e/ou exemplares (com ou sem percentual) – conforme o modelo de estrutura adotado. Evans (2000) detalha ainda mais esse elemento, destacando a importância de listar os grupos de usuários que farão uso de cada assunto correlacionado com os formatos. O autor apresenta duas listas que deverão ter correspondência com todos os assuntos aplicáveis, desde o nível de completeza até o mínimo (Quadro 7):

Quadro 7 – Lista de grupos de usuários e de formatos

Comunidade ou grupos de usuários	Formatos
Adultos	Livros (capa dura ou brochura)
Jovens adultos	Jornais
Crianças em idade escolar	Periódicos (em papel, microforma e eletrônico)
Crianças da pré-escola	Microformas
Pessoas com necessidades especiais	Filmes
Professores universitários	Fotografia
Pesquisadores	Manuscritos
Equipe e administradores	Mapas
Estudantes de graduação	Realia
Estudantes de pós-graduação	Jogos e brinquedos
Outros	Outros

Fonte: Adaptado de Evans (2000, p. 76-77).

Evans (2000) ainda alerta que, apesar de consumir algum tempo para elaborar essa lista em correspondência com os assuntos, é preciso lembrar que nem todos os grupos e formatos serão aplicáveis. Certamente que o resultado do diagnóstico ou da aplicação do método *Conspectus* será de grande valia nesse momento;

c) elemento número 3 – miscelâneas: nesse terceiro elemento, Evans (2000) agrupa uma série de outras etapas do processo de desenvolvimento de coleções, tais como doações espontâneas, desbastamento, avaliação, censura, recursos eletrônicos, entre outros, conforme segue:

- doações: a regra de ouro para doações espontâneas, segundo Evans (2000, p. 82) é: “receba doações somente do que a biblioteca iria comprar.” Doações espontâneas são aquelas encaminhadas por usuários à biblioteca. Para Evans (2000), o bibliotecário de seleção deve resistir à tentação de incorporar o item pelo fato de ser gratuito. Na verdade, os custos existem e envolvem o processamento e armazenamento de itens indesejáveis. O bibliotecário terá que investir tempo e energia para encontrar um destino para esses itens que não têm perfil para serem incorporados ao acervo. Vergueiro (2010) sugere que esse tópico seja detalhado na política de seleção, justamente porque carece de uma avaliação antes de ser incorporado. Incorporar os itens sem essa avaliação indica um empobrecimento das práticas em desenvolvimento de coleções. Os materiais doados devem passar pelos mesmos procedimentos de seleção adotados para aqueles materiais adquiridos por compra. Isso certamente reduzirá problemas futuros, especialmente em relação ao desbastamento. Voltaremos a esse tópico na Unidade 2;
- desbastamento: de acordo com Evans (2000), toda biblioteca enfrentará essas questões envolvendo remanejamento de coleções para um local de acesso restrito ou realizando o descarte. Portanto, a política de desenvolvimento de coleções deverá prever critérios, frequência e proposta para o desbastamento. Retomaremos esse tema na Unidade 4;
- avaliação: trata-se de um tópico de grande importância para o processo de desenvolvimento de coleções. É preciso, no entanto, definir o que vai ser avaliado: Buscaremos indicadores para as coleções? Avaliaremos o serviço ou o desempenho do bibliotecário de seleção e aquisição? Todos os procedimentos e técnicas a serem adotados para avaliação deverão ser descritos na política e, sobretudo, o que avaliar;
- reclamações e censura: para Evans (2000) o maior problema será explicar aos usuários o porquê de um item estar ou não no acervo e por quais razões a política limita, de algum modo, a incorporação de itens em certas áreas. Quando, por exemplo, um item do acervo é considerado ofensivo por um grupo social ou um usuário, devemos prever na política como a equipe vai lidar com isso. Removerá imediatamente o item? Quais são esses critérios? Isso não contradiz a missão institucional? Pois é, são questões muito delicadas que envolvem questões éticas e censura;

- recursos eletrônicos: Evans (2000) recomenda que esses recursos eletrônicos estejam em uma política separada. Deve conter os mesmos elementos da política de desenvolvimento de coleções da biblioteca, mas sem deixar de dar destaque para as questões relativas à natureza desses tipos de coleções. Por exemplo, Evans (2000) relata que algumas bibliotecas preferem elaborar uma política orientada para os materiais que são de propriedade da biblioteca (posse) – muitas vezes materiais impressos – e outra para aqueles materiais que a biblioteca assina, mas não possui garantias de acesso permanente (acesso) – tal como os recursos eletrônicos cujos contratos são baseados no *leasing* ou em pacotes de serviços. Mais uma vez o contexto da biblioteca determinará o desenho da política. O custo para manter coleções digitais e, muitas vezes, sua contrapartida impressa é muito alto, e esse aspecto deve ter destaque em uma política dedicada a recursos eletrônicos. Há os custos dos pacotes de assinaturas, da tecnologia envolvida, sobretudo, em relação às rotinas (*upgrades, backups, etc.*), *softwares* e *hardwares*, necessidade de treinamento da equipe, entre outros custos indiretos.



Explicativo

Outro modelo de política de desenvolvimento de coleções

A política de desenvolvimento de coleções sugerida pela IFLA (2001) possui oito elementos e demonstra como podemos usar o que vimos com Evans (2000) e Figueiredo (1993, 1998) de outra forma também válida e interessante. Isso demonstra o quanto a política de desenvolvimento de coleções deve ser sucinta, descrevendo somente aspectos gerais do processo:

- introdução: descrever o objetivo da política;
- princípios gerais: enumerar as características que determinam a orientação do processo de desenvolvimento de coleções;
- princípios específicos: enumerar as especificidades da biblioteca em função de suas características institucionais, público-alvo, etc., envolvendo tipos de coleções, cobertura dos assuntos (incluindo período, língua, áreas geográficas, etc.);
- perfil dos materiais: descrever as características das coleções tendo por base o mapeamento e estrutura estabelecida (dimensões de Miranda (1980), nível de coleção da ALA ou modelo *Conspectus*);
- métodos de avaliação de coleções:
 - métodos quantitativos para verificar o tamanho da coleção, uso, idade, custos, etc. de forma sistemática;
 - métodos qualitativos para obter a opinião de especialistas, dos usuários, para verificar o caráter e a adequação de uma coleção, etc.;
 - indicadores de profundidade da coleção: aplicação do primeiro elemento do método *Conspectus*.

- f) códigos de língua (RLG): aplicação do segundo elemento do método *Conspectus*;
- g) códigos de língua (WLN): aplicação do segundo elemento do método *Conspectus*;
- h) aplicação desta política e revisão: “descreve o processo de aplicação, o calendário de revisão e introduz a noção de controle.” (IFLA, 2001, p. 8).



1.5.1 Atividade

Caça-palavras

Agora vamos analisar a *Política de desenvolvimento de coleções do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (UFBA)* como se fosse uma brincadeira de caça-palavras. Para realizar esta atividade vai ser importante você rever a seção “Política de desenvolvimento de coleções”.

Primeiro temos que encontrar a política! Então, faça uma busca no *Google* usando os termos “Política de desenvolvimento de coleções” e “UFBA”.

A tarefa é achar no texto encontrado em sua busca os elementos de uma política de desenvolvimento de coleções, como se procurássemos as palavras em um jogo de caça-palavras. O objetivo é verificar se você consegue reconhecer, na prática, os elementos que compõem uma política de desenvolvimento de coleções.

Segue um exemplo: no trecho abaixo (Figura 18), retirado de um documento encontrado na busca feita com os termos sugeridos nesta atividade, circundamos a frase “níveis colecionados” como sendo um dos elementos da política.

Figura 18 – Caça-palavras

níveis colecionados são vários e é conveniente atentar para cada um deles, levando-se em conta a necessidade da diversificação:

- nível de completudeza: incluir na seleção os vários formatos e tipos de suporte oferecidos para determinada obra, observando se os idiomas que atendem às demandas dos usuários,
- nível de pesquisa: melhores bases de dados da área, novas descobertas, melhores publicações,
- nível de estudo: materiais de apoio à graduação; pós-graduação e estudos individuais; títulos selecionados de autores secundários,
- nível básico – melhores obras de referência, bibliografias mais relevantes. Não perder de vista a acessibilidade da língua, o custo justificável,
- nível mínimo – obras básicas de referência.

Fonte: UFBA (2010, p. 13).¹⁵

¹⁵ UFBA – Universidade Federal da Bahia. **Política de formação e desenvolvimento de coleções do Sistema de Bibliotecas da UFBA**. Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.ims.ufba.br/sites/ims.ufba.br/files/paginas/politica-de-formacao-e-desenvolvimento-de-colecoes-do-sibi-ufba.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

Resposta comentada

Podemos identificar pelo menos sete elementos da política de desenvolvimento de coleções na política da UFBA. São eles:

- a) tipos de material informacional: nesta subseção estão descritas detalhadamente as formas de materiais que deverão ser colecionados, contemplando fontes primárias, secundárias e terciárias. Mais à frente é possível identificar os formatos digitais de arquivos de texto para seleção de documentos para inserção no repositório institucional que caberiam aqui;
- b) responsabilidade pela seleção: descrição das funções e composição das comissão de seleção para cada biblioteca. Aqui, o termo adotado para a comissão de seleção é Comissão de Biblioteca pois verificamos que essa comissão tem outras atribuições além da responsabilidade pela seleção;
- c) níveis colecionados: aqui um exemplo da estrutura de formação de coleções adotada. Observe que o nível mínimo foi adaptado pois contempla obras de referência. Em geral nesse nível não há acervos alocados, mas poucos instrumentos para permitir a localização da fonte ou informação em outro local;
- d) processo de aquisição: há um detalhamento sobre o processo de compra, doação e permuta e também do depósito legal, bem como das prioridades de aquisição;
- e) desbastamento: detalhamento sobre remanejamento e descarte e o papel da comissão de biblioteca, que além da seleção também é responsável pelo desbastamento. Há descrição dos critérios adotados em cada tipo de material para descarte e remanejamento;
- f) avaliação de coleções: a descrição é genérica, mas aponta para os métodos quantitativos. Destacamos o diagnóstico das coleções no item "a" que é o instrumento que recomendamos para iniciarmos qualquer trabalho sobre o tema;
- g) revisão da política de desenvolvimento de coleções: aqui a recomendação para a revisão da política é a cada dois anos.

A estrutura de um documento de política de desenvolvimento de coleções pode variar conforme a necessidade institucional. Nesse exercício verificamos que a instituição optou pela valorização dos processos de desenvolvimento de coleções propriamente ditos, tais como seleção, aquisição, desbastamento e avaliação. Também apareceram as respectivas políticas. Por exemplo, foi possível verificar elementos relativos à política de seleção, tais como comissão de seleção, critérios, etc. O mesmo ocorre em relação à aquisição, ao observarmos o detalhamento da forma para alocar recursos. Trata-se de um estilo que pode variar. O bibliotecário pode optar por fazer uma política para cada processo ou uni-los em uma política de desenvolvimento de coleções conforme vimos nesse exercício. Por outro lado, é importante que alguns elementos estejam presentes, especialmente esses: a missão, o perfil da comunidade, a prioridade dos assuntos, os parâmetros gerais das coleções (grau de suporte continuado, idioma, áreas geográficas, períodos cronológicos, etc.), a estrutura para formação de coleções, exclusões e duplicações, entre outros destacados na subseção 1.5. Se você tiver oportunidade de estudar outras políticas, recomendamos as da *Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)*, do *Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBI/USP)* e da *Wellesley College (General Collection Development Policy)*.

RESUMO

Desenvolver coleções envolve planejamento, métodos e atividades relacionadas com os seguintes processos operacionais ou etapas: estudo ou análise da comunidade, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação. O processo de desenvolvimento de coleções apresenta um caráter:

- cíclico: isto é, todas as etapas são importantes;
- ininterrupto: não há um começo ou fim, e sim uma continuidade;
- heterogêneo.

Há duas abordagens que marcam o processo de desenvolvimento de coleções do ponto de vista histórico e operacional: uma voltada para o armazenamento de toda a produção existente no mundo, tendo em vista a acumulação de itens, e outra orientada pelo usuário e suas necessidades, baseada no acesso à informação. Essa abordagem foi sendo estabelecida ao longo dos séculos, incorporando paulatinamente a necessidade de planejamento para lidar com a complexidade da sociedade contemporânea, bem como com o advento da internet e a convergência das tecnologias de informação e comunicação. Destacam-se também dois princípios de desenvolvimento de coleções:

- o processo de desenvolvimento de coleções está “presente por inteiro em todas as bibliotecas”, mas não da mesma forma, devido às suas características;
- o processo de desenvolvimento de coleções se diferencia e se individualiza em cada biblioteca. Haverá maior ou menor ênfase de uma ou mais etapas, conforme o tipo de biblioteca, objetivos institucionais e tipos de usuários.

Vimos ainda que, para implementar o processo de desenvolvimento de coleções, teremos que nos envolver com pelo menos cinco atividades distintas: planejamento, estudo da comunidade, diagnóstico das coleções e estrutura para formação de coleções (níveis de coleções da ALA, dimensões de Miranda (1980) e modelo *Conspectus*).

Já a política de desenvolvimento de coleções é constituída de pelo menos três elementos:

- uma parte introdutória, descrevendo a missão, comunidade, instituição;
- uma parte destinada aos assuntos (provenientes do diagnóstico), apresentando um panorama das coleções, inclusive quantidade e tipologia;
- uma parte destinada à miscelânea (descrição do desbastamento, doações, questões sobre censura, etc.).





Sugestão de Leitura

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

WEITZEL, Simone R. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006. 76 p.

REFERÊNCIAS

ABOUT IFLA. **IFLA**, [S.l.], jul. 2017. Disponível em: <http://www.ifla.org/about>. Acesso em: 5 dez. 2020.

ABOUT OCLC. **OCLC**, [S.l.], c2017. Disponível em: <https://www.oclc.org/pt-americalatina/about.html>. Acesso em: 5 dez. 2020.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Guide for Written Collection Policy Statements**. 2. ed. Chicago: ALA, 1996. 40 p.

AMERICAN Library Association (ALA). **Biblioo Cultura Informacional**, [S.l.], c2017. Disponível em: <http://biblioo.info/american-library-association-ala/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

AULETE, F. J. C. **Dicionário Caldas Aulete**. [S.l.: s.n.], c2017.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti Barbalho; BERAQUET, Vera Silvia Marão. **Planejamento estratégico para unidades de informação**. São Paulo: POLIS/APB, 1995. 69 p.

BURKE, P. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa Moderna. **Estudos Avançados**, [S.l.], v. 16, n. 44, p. 173-185, 2002.

BURY, Richard de. **Philobiblon ou o amigo do livro**. São Paulo: Atelie Editorial, 2007.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. *Conspectus*: um método de gerenciamento de coleções em bibliotecas. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 12,

n. 1, p. 39-60, jan./abr. 2014. Disponível em: http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/3888/pdf_53. Acesso em: 7 jan. 2014.

CATIVO, J. Catálogo topográfico e número de chamada. **Biblioteconomia Digital**, [S.l.], 2011. Disponível em: <http://biblioteconomiadigital.blogspot.com.br/2011/06/catalogo-topografico-e-numero-de.html>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CONSTANTIN, L. A. **Bibliothéconomie**. Paris: A La Librarie Encyclopédique de Roret, 1841.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008. 451 p.

EDELMAN, Hendrik. Selection Methodology in Academic Libraries. **Library Resources & Technical Services**, [S.l.], n. 23, p. 34, 1979.

EVANS, G. E. **Developing Library and Information Center Collection**. 4. ed. Englewood: Libraries Unlimited, 2000.

FAGUNDES, Carlos Henrique Escobar; HOUAISS, Antonio. **Enciclopédia Mirador Internacional**. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1981, p. 6.895-6.896.

FIGUEIREDO, Nice Menezes. **Desenvolvimento & avaliação de coleções**. Brasília: Thesaurus, 1998.

FIGUEIREDO, Nice Menezes. **Desenvolvimento & avaliação de coleções**. Rio de Janeiro: Rabiskus, 1993.

FIGUEIREDO, Nice Menezes. **Estudo de uso e usuários**. Brasília: IBICT, 1994.

FORMATO MARC. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Formato_MARC. Acesso em: 7 jan. 2015.

GRÄESEL, A. **Manual de bibliothéconomie**. Paris: H. Welter, 1897.

JANNUZZI, C. A. S. C. Estoque, oferta e uso da informação. **Transinformação**, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 13-23, 2001.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Directrizes para una política de desarrollo de las colecciones sobre la base del modelo conspectus**. Hague: [s.n.], 2001. 22 p. Disponível em: <http://www.ifla.org/>



files/assets/acquisition-collection-development/publications/gcdp-es.pdf. Acesso em: 7 jan. 2015.

LONG, Jussara *et al.* **Política de seleção**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2003. 22 p.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2000.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. p. 87.

MIRANDA, Antonio. A ciência da informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário. *In*: AQUINO, Mirian de Albuquerque. **O campo da ciência da informação**: gênese, conexões e especificidade. João Pessoa: Ed. UFPB, 2002. p. 9-24. Disponível em: http://www.antoniomiranda.com.br/ciencia_informacao/conhe_objetivo.html. Acesso em: 10 abr. 2015.

MIRANDA, Antonio. Seleção de material bibliográfico em bibliotecas universitárias brasileiras. *In*: MIRANDA, Antonio. **Estruturas de informação e análise conjuntural**: ensaios. Brasília: Thesaurus, 1980. p. 63-85.

NAUDÉ, G. **Advis pour dresser une bibliothèque**. Paris: Chez François Targa, 1627.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia, práticas. São Paulo: Atlas, 2014.

O QUE É UM SERVIDOR de internet? **Palpite Digital**, [S./], c2017. Disponível em: <http://www.palpitedigital.com/o-que-e-um-servidor-de-internet/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

PEIGNOT, G. **Manuel du bibliophile**. Dijon: V. Lagier Libraire, 1823.

PIEIDADE, Maria Antonieta Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

PINHEIRO, Ana Virginia (org.). **Livros raros de biblioteconomia**: a memória científica da Biblioteca Nacional brasileira: catálogo. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/LivrosRarosDeBiblioteconomiaCatalogoRev.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**. 3. ed. Brasília: Bricquet de Lemos, 2010.

WALKER, Thomas D. Justus Lipsius and The Historiography of Libraries. **Libraries & Culture**, [S.l.], v. 26, n. 1, p. 49-65, 1991.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **Transinformação**, Campinas, v. 24, n. 3, dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862012000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 dez. 2014.

